



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 134

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 317ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE OUTUBRO DE 1985

Sessão solene destinada a homenagear o Senhor François Mitterrand, Presidente da França.

2 — ATA DA 318ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE OUTUBRO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei do Senado nº 118, de 1977 (nº 3.228/80, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o cheque e dá outras providências, vetado parcialmente pelo Senhor Presidente da República. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

2.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 319ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE OUTUBRO DE 1985

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL — Artigo do jornalista Heitor Tepedino, publicado no Jornal

de Brasília, sob o título "Tática Inescrupulosa contra a Baixa Renda".

DEPUTADO GERSON PERES — Artigo do jornalista Nadir Pereira, do jornal Última Hora, do Rio de Janeiro, intitulado "Entre o Excesso e a Escassez", de críticas à emenda de S. Exª que preconiza a extinção dos partidos políticos, por ocasião da instalação da Assembleia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE — Registro da presença, nas galerias de seringueiros dos Estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia.

DEPUTADO FRANCISCO ROLLEMBERG — Problemática nordestina e defesa de projeto reformista para a região, incluindo aspectos que menciona.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Apelo ao Banco do Brasil em favor do refinanciamento da dívida de pequenos produtores de Andradina e outros municípios paulistas.

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Solidariedade às reivindicações dos seringueiros da Amazônia. Transcrição de protesto contra arbitrariedades cometidas com correligionários do PT e trabalhadores rurais, no Município de Licínio de Almeida—BA.

DEPUTADO JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Homenagem ao professor.

DEPUTADO DOMINGOS LEONELLI — 73º aniversário do jornal A Tarde, de Salvador.

DEPUTADO ALUIZIO BEZERRA — Apoio às reivindicações dos seringueiros da Amazônia.

DEPUTADO EVANDRO AYRES DE MOURA — Defesa de pleito de servidores do Banco do Brasil.

DEPUTADO SAMIR ACHÓA — Reajustamento dos preços dos medicamentos.

DEPUTADO DJALMA BOM — Saudações aos seringueiros presentes nas galerias. Reintegração do Ministro Waldir Pires, da Previdência e Assistência Social, ao serviço público e a aplicação de providência análoga para militares punidos por atos revolucionários.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Saudação do PMDB aos seringueiros da Amazônia. Considerações sobre tópico do discurso do Sr. Djalma Bom, na parte referente aos militares punidos por atos institucionais.

DEPUTADO MENDES BOTELHO — Combate à inflação.

3.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.2.3 — Questão de Ordem

Suscitada pelo Sr. Heráclito Fortes e acolhida pela Presidência, quanto à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

3.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 317ª Sessão Conjunta, em 15 de outubro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Alcides Paio — Galvão Modesto — Hélio Guelphos — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helví-

dio Nunes — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira —

Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — José Fragelli — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

E OS SRS. DEPUTADOS:**Acre**

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; José Melo — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Flávio Marcellio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Alvaro Gaudêncio — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Geraldo Bulhões — PMDB.

Sergipe

Batalha Góis — PMDB; Carlos Magalhães — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Santana — PCB; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novais — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS.

Rio de Janeiro

Andias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDS; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Celso Peçanha — PFL; Dado Coimbra — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruana — PDT; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Herculino — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PC do B; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Edison Garcia — PFL; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Norton Macedo — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melo — PFL; Valmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Emílio Perondi — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Gardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Declaro aberta a sessão destinada a receber Sua Excelência o Senhor François Mitterrand, Presidente da França.

Encontra-se no edifício do Congresso Nacional Sua Excelência o Senhor Presidente da França.

Para introduzi-lo neste plenário, designo Comissão constituída pelos Líderes dos Partidos Políticos, representados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores das duas Casas do Congresso Nacional. (Pausa.)

(Acompanhado da Comissão designada, dá entrada no plenário o Senhor Presidente François Mitterrand, ocupando, na Mesa, o lugar que lhe está reservado à direita do Sr. Presidente José Fragelli.)

(São executados, nas galerias, os Hinos Nacionais da França e do Brasil.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcondes Gadelha que, em nome do Senado Federal, saudará Sua Excelência o Senhor Presidente da França.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador José Fragelli, Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, Srs. Embaixadores, Srs. Ministros de Estado, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Srs. Oficiais Gerais, Sr. Governador do Distrito Federal, saúdo V. Exª Sr. Presidente François Mitterrand, em nome do Senado Federal, e em sua elevada pessoa reverencio as instituições do seu país, os sagrados fastos da sua História e todo o extraordinário legado espiritual com que a França cumoulou a humanidade.

Saúdo o estadista moderno, de propósitos universalistas, decidido a assegurar uma face humana ao progresso; saúdo o Chefe de estado Socialista, democrático e pluralista, comprometido com os objetivos da justiça e da liberdade. Saúdo o homem público judicioso, corajoso e reformista; o político talentoso que conduziu o seu partido, a antiga secção francesa da Internacional Operária às culminâncias do poder e depois o consagrou em eleições parlamentares livres; saúdo o herói de guerra — um certo Capitão Morland — maquis da resistência, missionário de tantos riscos, secretário dos prisioneiros de guerra, oficial da Legião de Honra, agraciado com a Cruz de Guerra em três citações, a Roseta da Resistência e a Medalha dos Evadidos.

Saúdo o escritor fecundo, o homem de letras, o intelectual apurado que desde o jornal *Libres*, órgão dos prisioneiros nos tempos ominosos da guerra, até os trabalhos mais amplos como "La chine en défi", "Le coup d'état permanent", "L'abeille et l'architecte", entre outros, maneja a sua arte entre o sonho e a realidade, como um instrumento de indagação e luta — à guisa de um cavaleiro de sua causa que, de rosa em punho, procurasse entre a palha e o grão dos dias a sua parte de verdade para usá-la em favor da dignidade ontológica dos seus semelhantes.

Saúdo, enfim, o cidadão François Mitterrand que conheceu estas virtudes no cotidiano, antes de elas se tornarem inerentes à sua ação pública.

Senhores; o passo vívido pela Revolução Francesa, a finais do século XVIII, significou um sobressalto salutar de esperança de redenção das injustiças multisseculares que oprimiam e em parte ainda oprimem grandes populações. Ao assumir o poder em 1981, por via eleitoral democrática, a coalisão política dos partidos franceses de esquerda encarnava semelhante consciência cívica da esperança transformadora e renovadora que havia tomado conta do país.

Naquela ocasião, a França elevou-se uma vez mais, no horizonte do mundo, como farol orientador, para o qual se voltaram os olhares de todos. E hoje, mais do que nunca contempla-se a França com a expectativa de que os caminhos que pioneiramente intenta desbravar possam ser de balizamento aos que buscam superar as contradições e os impasses da vida política e económica das sociedades contemporâneas.

Por outro lado, a França tem obtido notáveis resultados económicos nestes últimos anos: sensível queda na taxa inflacionária a um nível em torno de 6% ao ano, significativa redução do défice interno e do comércio exte-

rior, equilíbrio das contas sociais. Tais sucessos revelam um saneamento profundo e eficaz da economia, acompanhado por admirável processo de modernização de seu parque industrial, com desenvolvimento dos setores de alta tecnologia: telecomunicações, informática, química de ponta, indústria aeroespacial, novos materiais, energia nuclear, biotecnologia, pesquisa médica e farmacológica, indústria agroalimentar, entre muitos outros que fazem da França presença bem-vinda e obrigatória em todos os campos e em todos os mercados.

No Brasil, mais do que bem-vindo V. Exª há de se sentir em casa, se concordar com Lamartine quando diz: "Minha Pátria é toda a parte onde a França se irradia: onde seu gênio brilha, nos olhares fascinados"...

Ora, quero crer que em poucos países o gênio francês se incrustou e brilhou com tanta reverberação como no Brasil, tocando de luz em algum ponto de sua formação, praticamente toda a variada gama de elementos filosóficos, lingüísticos, políticos, económicos, financeiros, industriais e comerciais, em que se desdobra hoje a estreita amizade franco-brasileira.

Franceses e brasileiros reconhecem, pois, entre si, uma espécie de ar de família, que vai além da nossa latitudinidade e exprime um parentesco cultural de primeiro grau, consolidado ao longo de séculos de convivência e reforçado por mútua e crescente admiração.

Tão ampla e onímoda foi a influência francesa que se tornaria ociosa qualquer especulação sobre pontos específicos. As diferenças que esta presença produziu ficaram mais conspícuas e mais instigantes quando colocamos certas sentenças no condicional. Por exemplo: que aspecto teria a Bandeira brasileira, se os nossos republicanos não tivessem lido Auguste Comte; como seria o panorama cultural do século XIX sem o fermento trazido pela Missão Francesa, com Debret, Grandjean de Montigny, Taunay, Saint-Hilaire e outros; quanto tempo levaria o saneamento do Rio de Janeiro, se Osvaldo Cruz não se imbuísse de convicções tão sólidas no Instituto Pasteur; como seria o regimento interno da Academia Brasileira de Letras se Madame Gallot não tivesse ensinado francês a Machado de Assis; qual o impacto da criação da Universidade de São Paulo sobre o Brasil moderno e, finalmente, quanto tempo demoraria a independência, se os ventos do atlântico fossem mais morosos em tanger os seus carregamentos de idéias. E assim por diante. A seqüência poderia ser reproduzir de maneira infinita, detalhista e curiosa. Seriam de toda forma questões isoladas, importa constatar a continuidade e a consistência desta presença; importa verificar que a França está ao nosso lado desde 1503, quando o Capitão Paulmier de Gonneville aqui aportou, vindo de Honfleur, e que desde os mais originários instantes do surgimento da Nação brasileira temos apreciado a solidariedade e a participação dos franceses nos mais decisivos eventos da nossa evolução. Importa que renovemos agora esta identificação para afrontarmos conjuntamente os ingentes desafios do Terceiro Milênio.

V. Exª vem ao Brasil, Sr. Presidente François Mitterrand, num momento muito especial e criativo da nacionalidade — quando uma Nova República se inaugura e os brasileiros se aplicam às lides da reconstrução e há um intenso questionamento sobre os fundamentos de organização da sociedade e do Estado; uma pressurosa inquietação, um turbilhonamento de idéias. Às quais, eu sei, o espírito francês sempre foi particularmente sensível.

Estamos às vésperas de uma Assembléia Nacional Constituinte, que completaria a transição para a democracia, evocando irrecorrivelmente o ideário da enciclopédia — todo um conjunto de princípios e soluções concretas para o controle da autoridade que se resgata com a força de sua originalidade — além da própria revolução cujo bicentenário começa já a ser vivido, despertando as mais sentidas emoções e novos prospectos para o futuro.

Por outro lado, o Brasil faz um esforço sem precedentes pela recuperação económica e a retomada do crescimento, após cinco anos de recessão, em meio a condições externas ainda adversas, envolvendo elevadas taxas de juros, protecionismo implacável e uma relação de trocas perversa, no que concerne aos produtos básicos.

Nas duas circunstâncias, a presença de V. Exª tem uma inestimável força inspiracional.

Somos reconhecidos por todo o estímulo e pelo apoio que não teve regateado à nossa democracia emergente no plano político e, bem assim, às reiteradas e firmes manifestações em suporte às posições do Brasil no problema da renegociação da dívida externa e de sustentação ao nosso direito de voltar a crescer.

Estamos também fazendo a nossa parte, Sr. Presidente. Conseguimos, apesar de tudo, fazer face a duros e pesados encargos que nos são impostos e que orçam em torno de 12 bilhões de dólares anuais que precisam sair da balança comercial.

Sabemos nós com quantos sacrifícios obtemos tais superávits: rarefazendo a oferta interna de bens físicos e, portanto, gerando um leilão informal, inflacionário e injusto, comprimindo as importações a nível quase da autarquização e, portanto, coartando a modernização, a inovação e mesmo a formação brutal de capital e, o que é pior, remunerando mal e deteriorando a qualidade de vida: pois, em resumo, é trabalho barato, é suor a preço vil o que está embutido nos *containers* que singram os sete mares.

Apesar de tudo, insisto, temos, os brasileiros, a convicção de que superaremos rapidamente esta crise e que em breve o Brasil aparecerá outra vez com a sua verdadeira dimensão, a de uma país continental, com 130 milhões de habitantes, recursos incomensuráveis e um futuro brilhante, ora apenas nublado pelas cifras do opróbrio.

Apesar de tudo, dizia, estamos promovendo reajustes significativos em todos os parâmetros da economia e conseguimos taxas positivas de crescimento do PIB, que este ano deverão ser superiores a 6%. E não pretendemos recuar deste patamar. O recente pronunciamento do Presidente José Sarney na ONU é a pura expressão de um sentimento nacional que envolve povo e Congresso na mais inconsútil determinação de não mais pagar a dívida com a fome e a miséria; de não mais arriscar o futuro, as aspirações e os atributos espirituais da Nação à sacralisação simoníaca das vice-presidências executivas. E, além disso, aquele texto, uma polida representação do inconformismo, da irrisignação, da indignação interna com um tipo de abordagem que pretende responsabilizar apenas o lado mais fraco pelos níveis de endividamento; que intenta consignar aos países em desenvolvimento uma espécie de culpa solitária, quando a dívida foi também uma armadilha faustina, pela qual as economias centrais passaram a controlar a natureza do consumo dos povos periféricos, suas perspectivas, o uso de seus fatores de produção, seu acesso à tecnologia e à modernidade, sem falar, é claro, na própria sangria desatada pela transferência líquida de capitais. Talvez seja este aproveitamento político que está impedindo a renegociação política da dívida. Talvez seja este paroxismo de *realpolitik* que leva a uma rejeição tão obstinada e apriorística da simples discussão de teses geradas muitas vezes dentro dos próprios países credores, que poderiam trazer um relance da economia mundial, a normalização dos fluxos de comércio e um novo alento para 3/4 da humanidade.

Escusado dizer que esta atitude não engrandece o pragmatismo e, ao final de um exame mais cuidadoso, se revela apenas obscurantista e temerária.

Curioso, Sr. Presidente, como tem sido sistematicamente refratário à razão — o comportamento nos núcleos decisórios, em relação a pontos de que depende mais agudamente o equilíbrio mundial.

V. Exª já teve oportunidade de denunciar a irracionalidade do sistema financeiro internacional por todos os foros ao seu alcance, como em Cancún, Bonn, Versailles ou Williamsburg, ou mesmo pela imprensa, ou ainda em correspondência a outros chefes de Estado, chamando sempre a atenção com a mesma exemplar coerência, para a urgente necessidade de uma nova ordem económica. Pouco avançamos neste terreno, infelizmente.

No plano político, o conflito Leste-Oeste continua polarizando todas as nossas preocupações, orientando todas as definições, consumindo todas as nossas energias, malbaratando todos os recursos do Globo, subordinando todas as expectativas (inclusive a de se abrirem os gêranios) a um duelo inútil, cansativo e frustrante, de onde nada de construtivo pode resultar.

O conhecimento científico e tecnológico, por seu turno, perdeu a sua neutralidade axiológica e, pois, a esperança de redenção que lhe era consubstancial, tornando-se um instrumento de opressão e distanciamento entre os povos. Segregado nos laboratórios das grandes empresas multinacionais que se colocam muitas vezes à frente das próprias universidades, o conhecimento científico é hoje o vetor necessário e suficiente a uma hierarquização sem base ética, a uma divisão internacional do trabalho cada vez mais injusta, pela qual uma parcela da humanidade cuidará da parte nobre, intelectual e bem remunerada da produção, enquanto os povos do Terceiro Mundo, sujeitos de graxa e de pó, se encarregarão da produção primária e secundária... até que os progressos da robótica e da engenharia genética os torne progressivamente negligenciáveis.

Força de expressão, quem sabe? O fato é que não há qualquer segurança de que os frutos da terra e as benesses da civilização venham um dia a ser repartidos em condições de liberdade, igualdade e fraternidade. Ao contrário, há o risco crescente de reproduzirmos modernamente, em escala mundial, a estratificação social da pólis antiga, ou seja, uma escravidão muito civilizada.

Sr. Presidente, à vista de todos estes percalços, estou querendo dizer que os países em desenvolvimento precisam da França, que o concerto das nações aguarda ações que provavelmente só a França pode iniciar.

Está claro que não me refiro apenas à solidariedade (já demonstrada) na questão da renegociação da dívida externa, ou à intensificação do diálogo Norte-Sul, como tem sido tantas vezes defendido por V. Ex^a, ou mesmo à necessidade de um *new deal* planetário, conforme proposto certa vez por Claude Cheysson.

Refiro-me Sr. Presidente, à necessidade de um novo iluminismo, uma profunda revisão conceitual sobre os desígnios e o prospecto da humanidade, tal como se empreendeu há duzentos anos, em favor do indivíduo.

E que a hiperconcentração de poder e de informação está gerando uma nova forma de absolutismo. O absolutismo dos agrupamentos pós-industriais que podem ser entendidos como países, corporações ou castas meritocráticas e cujo absolutismo só difere na forma, mas não na natureza daquele absolutismo do rei, e inclui o arbítrio e a incondicionalidade dos ricos, a indiferença crescente, a intolerância dissimulada ou mesmo a ameaça ativa ou latente. No plano das relações sociais desenvolve-se, em consequência, uma forma aberrante de ignorância, uma ignorância escolhida: a ignorância do outro.

E preciso, pois, ousar uma nova cosmovisão. Mais do que isso, espera-se uma iniciativa catalisadora no plano internacional por um amplo movimento cultural e político, ao serviço de específicas categorias da convivência como a cooperação, a democracia em todos os níveis, a paz, a justiça e os direitos humanos.

Não é preciso ser uma superpotência, para coduzir este novo iluminismo. Esta é uma causa eminentemente francesa, adequada ao espírito crítico da França, à sua incontestável autoridade moral, à sua tradição de generoso envolvimento com os direitos essenciais das gentes. Uma causa que se ajusta muito bem ao momento em que começamos a comemorar o bicentenário de um largo movimento em que os publicistas franceses desafiaram a complacência, ou melhor, a convivência entre a ciência política e o caráter cumulativo do poder.

Além, a França já vem assumindo atitudes concretas nesta direção. O Projeto Eureka, por exemplo, mesmo sem o proclamar, se insere nesta linha de propósito e adquire extraordinária força simbólica, porque lida precisamente com o conhecimento nas áreas de ponta: informática, robótica, comunicações, biotecnologia e tecnologia dos novos materiais, por onde passa o eixo das preocupações gerais. O apoio às democracias emergentes, a busca de parceiros no Terceiro Mundo, a independência no conflito Leste-Oeste, as gestões no Clube de Paris, a ampliação da ajuda externa, são roteiros que poderão ganhar exemplaridade e sistematização. Léon Blum, em "A lechelle humaine", refletindo sobre a condição da França na fase final da Segunda Guerra mundial, já dizia: "A Social Democracia francesa não será estável ou viável, se não integrar-se numa ordem europeia, ou, exprimindo-me melhor... numa ordem humana, numa

ordem universal. Democracia implica democracia social. Democracia social implica, no sentido mais elevado do termo, dimensões internacionais..." No plano bilateral, o projeto Brasil-França é também uma auspiciosa arrancada no rumo da cooperação que desejamos ver intensa e diversificada doravante; uma amostragem do que juntos podemos fazer e que nos abre as perspectivas mais otimistas. Multiplicaremos as nossas relações comerciais. Ampliaremos o intercâmbio cultural e a troca de informações técnicas. Crescerão os investimentos, as realizações conjuntas, o fluxo de turistas, enfim todos os parâmetros e dados que traduzem este relacionamento serão certamente magníficos em favor do desenvolvimento e do progresso material para os nossos povos. Mas, para nós importa o fato mesmo de participarmos desta fascinante aventura pelo desvelamento do espírito humano; pela liberação de todo o condicionamento, de todo o constrangimento à sua expansão, pela antecipação, enfim, das promessas bíblicas da revelação.

E participar ao lado da França, que é o próprio símbolo do rigor epistemológico e ético. Pois o mesmo Lamar-tine dizia: eu sou concidadão de toda a alma que pensa. Minha pátria é a verdade.

Participar ao lado da França, que é a própria ideiação da liberdade. Um país onde a liberdade é uma obsessão que se escreve sobre a fronte dos amigos, sobre os cadernos de escola, sobre as armas dos guerreiros, pedra, sangue, papel ou cinza. Um país onde a liberdade passeia despreocupadamente em Saint-Germain-des-Près, se fixa nos monumentos ou se derrama numa verso de Apollinaire.

Dividir um espaço com a França. Um país que tantas vezes abriu o seu espaço ao nosso espírito para voar com Santos Dumont, para pintar com Portinari, para sonhar com Vinícius de Moraes, ou simplesmente para se refugiar como nossos exilados de todos os tempos.

Dividir um espaço. Poder dizer com Aragon: "De vous salue, na France". E insistir: pátria da verdade, pátria da liberdade de opinião, pátria da liberdade sem adjetivos, dos que nasceram para conhecê-la, como o poeta Paul Eluard, dos que morreram para conhecê-la, como Jean Moulin. Pátria dos direitos humanos, pátria amiga, como é confortador que, ao abriremos as portas para a luz, a primeira visita seja a vossa.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Prisco Viana, que falará pela Câmara dos Deputados.

O SR. PRISCO VIANA (PDS — BA, Pronuncia o seguinte discurso.) — Exm^a Sr. Senador José Fragelli, digníssimo Presidente do Congresso Nacional, Exm^a Sr. Deputado Ulysses Guimarães, ilustre Presidente da Câmara dos Deputados, Srs. Ministros de Estado, Srs. Embaixadores, Srs. Deputados, Srs. Senadores, minhas Senhoras e meus Senhores, Sr. Presidente François Mitterrand, representa para mim honra excepcional, de que compartilham meus colegas, saudar V. Ex^a no instante em que, com sua visita, distingue o Congresso Nacional do Brasil, onde está legitimamente representado o povo brasileiro. Primeiro, porque a sua presença entre nós significa a oportunidade renovada para reverenciarmos a França, à qual nos ligam sólidos vínculos da identidade política e cultural, de que muito nos orgulhamos; segundo, pelo fato de ser V. Ex^a um político que construiu uma brilhante carreira de homem público e de estadista de respeito mundial, percorrendo os áspersos caminhos dos partidos e do Parlamento.

Em V. Ex^a, pois, a Câmara dos Deputados do Brasil saúda e homenageia a França: a França heróica e culta, berço dos ideais libertários que impregnaram o pensamento de gerações em todo o mundo; a França bela, gloriosa e generosa.

A presença de V. Ex^a no Brasil não pode ser vista apenas como cumprimento de um dever de reciprocidade diplomática. Muito menos pode restringir sua repercussão ao campo dos interesses econômicos, comerciais e políticos, por mais relevantes que sejam. Entendemo-la, principalmente, como o reencontro de nossos povos, de nossos sentimentos e aspirações. Com ela o Brasil volta a viver, hoje, um grande momento da secular amizade franco-brasileira.

Reconhecemos, pois, não existir subalternidade na constatação de que a cultura brasileira mantém, em relação à francesa, vínculos de verdadeira filiação. Basta

verificar a forte marca francesa na formação dos nossos mais notáveis pensadores políticos, filósofos, escritores, pintores e nos movimentos de renovação da intelectualidade brasileira e das artes de modo geral. Essa ascendência cultural decorre, sobretudo, da liderança pela França da cultura latina, a que pertencemos.

A herança greco-romana nos chegou principalmente através da influência francesa, que informou nossos valores culturais até bem pouco tempo. Somos todos devedores da França. Somos todos devedores ao espírito lógico, atributo intelectual que se projeta na clareza do pensamento e na limpidez da linguagem, no gosto das idéias e na exaltação da inteligência.

No século passado, vivemos sob a égide de Paris. Na arte francesa se abeberavam nossos artistas, nossos poetas, nossos escritores.

Joaquim Nabuco, um dos expoentes do pensamento político e das letras do Brasil, ao descrever seu primeiro encontro com Renan, expressou bem o fascínio que os intelectuais da França sempre exerceram sobre os brasileiros.

"Na minha vida" — escreveu ele — "tenho conversado com muito homem de espírito e muito homem ilustre; ainda não se repetiu, entretanto, para mim, a impressão dessa primeira conversa de Renan. Foi uma impressão de encantamento; imagine-se um espetáculo incomparável de que eu fosse espectador único, eis aí a impressão. Eu me sentia na pequena biblioteca, diante dos deslumbramentos daquele espírito sem rival, prodigalizando-se diante de mim, literalmente como Luiz II da Baviera na escuridão do camarote real, no teatro vazio, vendo representar os Niebelungen em uma cena iluminada para ele só."

Rui Barbosa, o grande civilista, glória de nossa cultura jurídica, ao receber a Legião de Honra com que o distinguira o Governo francês, que lhe foi entregue pelo Ministro Paul Claudel, assim se expressou em relação à França:

"Eu não poderia jamais sonhar merecer a Legião de Honra, nem alguma destas distinções da França política, intelectual, da França sábia, de seu Governo, de seu Corpo Legislativo, da representação da mais alta cultura de um País onde se encontra a flor de toda a cultura humana. Mas a França é inesgotável. E como ela é inesgotável ela é pródiga. Seu coração sem limites, como sua glória, é um reservatório inesgotável de heroísmo e de generosidade."

Em 1979, na entrega da Medalha Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras, à Academia Francesa, o acadêmico Alceu do Amoroso Lima disse:

"É preciso ter cabelos brancos para avaliar o preço da juventude. A França tem cabelos brancos, sem dúvida, ainda que sempre a representemos como uma pessoa jovem. Isto é uma verdade. Mas por trás dessa mulher jovem, de cabelos brancos, há dois mil anos de civilização. De lágrimas e de sorrisos. Mas nunca em vão porque extravasaram e resplandeceram, para dar ao mundo um tipo de humanismo imortal."

E como esquecer a Missão Francesa de 1816, de tão longa influência em vários setores da cultura brasileira? Na sua viagem pelo Brasil, V. Ex^a em Minas Gerais, encontrará a marca do engenheiro Henri Gorceix, fundador da famosa Escola de Minas, em Ouro Preto, do mesmo modo que em Recife terá presente os trabalhos do engenheiro Louis Leger Voutier.

Ainda hoje temos orgulho em manter a mesma ardente admiração pela França, por seus valores culturais e humanísticos, pelo culto da beleza, pela ordem do raciocínio, pelo amor da liberdade que a caracteriza através dos séculos. Vemo-la agora como adultos, porém, com enternecimento, certos de que, numa ótica coerente com nossos avanços e com o respeito que devemos aos nossos valores e à nossa tradição cultural, muito teremos a ganhar dos laços, não direi rompidos, mas esgarçados nos últimos anos e que, agora, ao serem reforçados, não devem limitar-se apenas aos aspectos culturais, mesmo que muito importantes, mas e, sim, também aos econômicos e tecnológicos, área em que nossas relações precisam ser bastante dinamizadas, explorando-se todas as possibilidades em ambas as direções.

Sr. Presidente Mitterrand, saudamos na pessoa ilustre de V. Ex^a o estadista a quem coube a missão histórica de promover a renovação de seu País e sustentar, na difícil conjuntura mundial, a soberania da nação francesa. Saudamo-lo também como o grande político, cuja característica maior tem sido a coerência e fidelidade aos ideais e princípios que defende.

V. Ex^a, Sr. Presidente François Mitterrand, representa realmente a fidelidade de um político à política e de um homem público à sua nação.

Formado em Direito e em Letras, diplomado em Ciências Políticas, encontrou na Paris de sua mocidade, junto aos artistas com os quais convivia, o ambiente propício a quem pretendesse seguir o Magistério ou se render à Literatura. Preferiu, entretanto, o caminho difícil da atividade política e dela não se afastaria nunca mais. Era a sua verdadeira vocação.

Deputado por Nievre, na primeira legislatura de 1946, elegeu-se sucessivamente para a Assembleia Nacional até 1958, quando chegou ao Senado. Ministro por onze vezes, conheceu sucessos e insucessos que fazem a biografia do verdadeiro homem público. Candidato à Presidência da República pela primeira vez em 1965, soube recolher da derrota as lições que, dezesseis anos mais tarde, o levariam à honrosa função que hoje desempenha com competência.

"Convencer é o que me importa, e não vencer" — disse V. Ex^a ao tomar posse como Presidente. De fato, sempre no combate em campo aberto, expondo-se a todos os riscos, V. Ex^a nunca deixou de lutar por seus ideais, mesmo que em determinado momento não fosse esse o caminho mais fácil para a vitória.

Foi através dessa coerência que alguns, às vezes, que-rem confundir com ambição, e mercê de obstinada e heróica perseverança, que V. Ex^a conquistou a vitória de 1981. Vençeu, porque convenceu os franceses da validade das idéias que sempre pregou e da conveniência do seu projeto socialista democrático, como instrumento capaz de assegurar a continuidade da prosperidade da França e a melhoria das condições sociais de seu povo, num regime em que, preservada a liberdade como bem sagrado inalienável da humanidade, prevaleçam os direitos sociais sobre quaisquer outros.

Até a vitória foi uma caminhada longa, durante a qual soube V. Ex^a pacientemente, tecer a unidade das correntes de pensamentos afins e ampliar seus apoios. Em instante algum, entretanto, transigiu com seus princípios. É que não valia a pena ganhar contra eles.

Tendo votado contra a Constituição de 1958, principalmente pelo seu aspecto autoritário, V. Ex^a manteve sempre o combate à Carta Constitucional, "mais em razão do contexto do que do texto", tanto assim que, em 1971, afirmou não ser preciso "uma nova Constituinte na hipótese de um sucesso da esquerda. Isto seria dissipar um tempo precioso". Governa, pois, com a Carta com a qual foi eleito, promovendo, porém, as reformas que correspondam a seu programa renovador.

Prefeito de Chateau-Chinon, Líder da oposição socialista democrática, é V. Ex^a um político por vocação e dedicação que conjuga a teoria com a ação.

Nos seus vários escritos — como os livros "Nas Fronteiras da União Francesa", "Um Socialismo Possível" e "O Golpe de Estado Permanente" — é V. Ex^a o mesmo que hoje comanda os destinos da França. Nem o povo que o apóia e nem os adversários que o respeitam vão encontrar tradições entre seus enunciados teóricos e a sua conduta como político e estadista.

Desde 1981, sob a sua liderança, a França se renova e se reforma. A sua administração, cumprindo compromissos assumidos com o povo francês, tem introduzido importantes reformas na estrutura de uma sociedade tradicional, mas nem por isto incapaz de saber abrir-se e corrigir eventuais equívocos e aperfeiçoar suas conquistas.

Quando V. Ex^a assumiu a Presidência da República, logo teve a coragem de adotar a posição de modernizador, objetivo e direto, sem as concessões ao ideologismo, temidas por alguns. As estatizações limitaram-se ao mínimo, político daquela circunstância. Nada de extrapolar, por emocionalismos. Muito pelo contrário, firmeza aliada à prudência, enfrentando inclusive o clamor dos dogmáticos tanto da iniciativa privada quanto das socializações. Sr. Presidente Mitterrand, V. Ex^a confirmou a

França, isto sim, no caminho de uma economia mista no quadro de uma política pluralista, sinal inconfundível da modernidade.

O que mais importa é a liberdade, é a eficiência, é a criatividade, é a produtividade; tudo o mais não passa de fórmulas para solução dessas equações. O que deve sempre prevalecer, acima de tudo, é o interesse da nação, que V. Ex^a tem sabido preservar, mesmo que eventualmente a custo de algumas perdas políticas. Esta é característica do estadista que ressalta no seu comportamento.

No caso dos bancos, a linha adotada pela França foi a mais serena possível: controle público, embora sem exclusão da presença não só de acionistas privados quanto, principalmente, ainda e sempre com métodos de administração aperfeiçoados a partir das experiências com êxito no passado.

O mesmo se diga em relação à pesquisa científica e tecnológica. O Governo traça as diretrizes e fornece os meios, sem contudo excluir a inventividade individualista, cerne de toda criação livre, portanto, democrática.

Nas questões da soberania nacional, chega a ser exemplar o comportamento de V. Ex^a que não vacilou na defesa do direito da França em prosseguir suas experiências nucleares, apesar de rodeadas de maior segurança quanto aos seus efeitos, porém, no essencial, nenhuma concessão. A França sabe julgar-se a si própria.

A sua ideologia reformista e democrática é voltada também para o papel internacional da França. Esta França à qual nós, brasileiros, devemos tanto de nossa primeira formação cultural, bafejada pelos ideais de liberdade, de igualdade e de fraternidade que o 14 de julho espalhou pelo mundo.

Estamos às vésperas do bicentenário da Revolução Francesa, que exerceu igualmente tanta influência entre nós. Foi ali que se viram proclamados, pela primeira vez, em escala internacional, os direitos civis e humanos. Lembremos que a Revolução de 1789 aboliu a escravidão nas então colônias francesas, o que a Revolução Americana de 1776 não tinha feito dentro das fronteiras dos Estados Unidos, nem a Inglesa de 1688 nos seus domínios coloniais. Dai o universalismo da cultura política francesa, não só a literária ou a científica: liberdade que se compatibiliza com modernização e soberania ainda mais nos dias atuais, disso tudo tão carente.

Sem ser livre o homem não consegue ser criativo, nem produtivo, nem soberano, porque estas dimensões implicam responsabilidades.

Sr. Presidente François Mitterrand, tem V. Ex^a comprovado ser um dos líderes mais responsáveis, mais objetivos, mais serenos dos dias de hoje. São, por exemplo, de grande lucidez e justiça suas posições quanto à dívida externa do Terceiro Mundo, países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, ainda recentemente reiterada. O Terceiro Mundo deve transformar-se em sócio do Primeiro Mundo, superando definitivamente a condição de objeto, que certas intransigências teimam em sujeitá-lo.

A despeito da sua vocação universal, a França é, antes de tudo, latina, circunstância que nos anima ainda mais a confiar em que V. Ex^a continuará sensível aos esforços em que nos vimos empenhando no sentido de superar dificuldades financeiras e econômicas agravadas pela usura, pelo egoísmo e pela insensibilidade das nações ricas, às quais sequer preocupam os perigos reais da instabilidade social e política deste Continente, decorrente do continuado e progressivo processo de empobrecimento.

A Câmara dos Deputados do Brasil, que é uma assembléia política por excelência, ainda mais pelo momento de transição democrática em que vivemos, tem um justo orgulho de receber em seu seio aquele que não apenas representa a França imortal, mas ainda o que encarna, por sua vida, o homem político da França, parlamentar e governante da Quarta República, depois Chefe da Oposição à Quinta República e hoje Presidente dessa grande Nação que, mais que um povo e que um Território, é uma idéia e uma inspiração aos democratas de todo o mundo.

Nesta Casa, Sr. Presidente, V. Ex^a é o Deputado que conhece bem o Poder Legislativo, porque engrandeceu o da França com a sua voz e com a sua ação.

Os Deputados brasileiros de todos os partidos identificam em V. Ex^a o político permanente, de tempo integral, fiel às suas convicções e à sua Pátria, testado no Governo e provado na Oposição, experiente dos embates, vitorioso

so nos combates, defensor de causas que são eternas na consciência dos homens livres.

Para nós, políticos, que vivemos entre os ideais e as decepções, a vida de V. Ex^a é um exemplo a ser seguido.

Sr. Presidente Mitterrand, se saudamos em V. Ex^a o político cuja vida está marcada pelo ideal e pela coerência ao longo de uma grande caminhada, e, como natural desdobramento desta, a figura do estadista, é que quisemos concluir lembrando uma face que se lhe é cara, e que também fala alto a todos nós. Referimo-nos ao bravo homem da Resistência. Ao cidadão que, em plena guerra, e enfrentando todos os perigos, desembargou certo dia em Paris para organizar e incrementar a Resistência, ao lado da mulher de sua vida, a Senhora Danielle, a quem reverenciamos neste momento.

Entre as várias faces de sua gloriosa vida, nenhuma mais luminosa do que esta, em que jogou a sua vida para vingar a França e libertá-la daqueles que a traíram.

Permita V. Ex^a que, nesta hora, saudemos, acima de tudo, o homem imortalizado na luta pela Resistência. Viva a França eterna e agora renovada!

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tenho a honra de conceder a palavra ao Exm^o Sr. Presidente da França, François Mitterrand.

O SR. FRANÇOIS MITTERRAND — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Srs. Embaixadores, Srs. Ministros, Srs. e Srs. Parlamentares, devo, antes de mais nada, agradecer ao Sr. Senador Marcondes Gadelha e ao Sr. Deputado Prisco Viana por suas palavras de boas-vindas e dizer que elas me trouxeram muitas lembranças, toda uma história que é a minha, que nem sempre é a própria História, mas que por vezes se une a ela, e sobre a qual vou agora dizer algumas palavras.

Considero uma verdadeira honra aqui encontrar os representantes do povo brasileiro, reunidos no Congresso Nacional. Através de V. Ex^{as}, é ao povo que saúdo com uma mensagem de confiança, de amizade e de esperança.

No dia 15 de novembro de 1984, há quase um ano, portanto, o Dr. Tancredo Neves anunciava a vitória e o nascimento de uma Nova República. Após o grande entusiasmo popular pelas diretas, essa Nova República nasceu, fazendo com que o Brasil se tornasse um símbolo de renovação democrática em todo o mundo latino.

Minha primeira visita oficial a um país do seu continente coloca-se, pois, sob a luz desse acontecimento notável: a volta do Brasil à democracia política, essa democracia que V. Ex^a, Sr. Presidente, definiu, no mês passado, como a da liberdade de julgar e liberdade de renovar.

Permitam-me, Senhoras e Senhores, expressar um sentimento pessoal. Como lembraram V. Ex^{as}, fui parlamentar — Deputado e Senador — durante 35 anos. Quer isto dizer que, desde o início de minha vida política até o dia em que fui chamado a exercer a função de Presidente da República Francesa, vivi a vida de V. Ex^{as}. Sem dúvida, as coisas são diferentes, os costumes, os usos, as tradições, mas o essencial permanece: o serviço à democracia, como representantes do povo. Experimento um prazer especial pelo fato de poder me apresentar diante de V. Ex^{as}. neste momento, de responder ao convite dos Parlamentares dos países que visito, porque existe um aonde não posso ir, que é o do meu País. Em face de razões constitucionais e históricas, vejo-me privado de assistir às reuniões do Parlamento francês. O convite de V. Ex^{as}. veio, então, em a calhar. Não que eu queira, de alguma forma, exceder os meus poderes no seio da República Francesa, mas há uma certa maneira de ser, de se expressar, um cuidado pelos interesses públicos nos Paramentos, aos quais eu continuo particularmente sensível.

Como tão bem afirmou o Presidente Ulysses Guimarães, creio que no dia 13 de setembro os Deputados e Senadores do Brasil foram a voz da nova democracia. Durante muitos anos, o Parlamento foi o refúgio dos mais elevados valores da Nação. Pode, então, pretender, de maneira legítima, o seu reconhecimento.

Sr. Presidente, mais uma vez repito palavras de V. Ex^a: o Congresso Nacional foi o artesão e o intérprete fiel da sociedade brasileira. Desde o surgimento da Nova República, quanto trabalho realizado! Dig-o diante de V. Ex^{as}. e para V. Ex^{as}., mas espero que as minhas palavras

atinjam mais além, seja através dos meus companheiros de viagem franceses, seja através da imprensa, para que o mundo inteiro saiba o que se passou aqui. Alguns exemplos: o restabelecimento do sufrágio popular direto para a eleição do Presidente da República e dos Prefeitos das Capitais de Estados, a legalização de todos os partidos políticos, a devolução do direito de voto aos analfabetos, que faz deles, daqui por diante, cidadãos por inteiro.

Vejam quantos bons passos à frente, que a História, estejam certos, reterá.

E quando se pensa que esse trabalho foi realizado em apenas alguns meses, independentemente da ação conduzida pelo Poder Executivo, ação que soube assegurar a continuidade das instituições e restabelecer a confiança popular, o período que as Senhoras e os Senhores vivem se inscreverá na memória de seus contemporâneos e daqueles que virão como um dos mais fecundos.

Penso em nossas esmbléias francesas constituintes e legislativas de outrora, de alguns grandes períodos que conhecemos e onde se soube traçar a estrutura do que viria a ser a democracia francesa.

As Senhoras e os Senhores são, enfim, o símbolo da unidade da Nação brasileira, para além das múltiplas diversidades — diversidades humanas, geográficas, disto que acredito ser um pouco o particularismo dos Estados desta grande Federação, e imagino também quão grande deve ser a responsabilidade daqueles que têm a seu cargo dirigi-la; diria mesmo que a tarefa não deve ser sempre fácil. Quando é preciso reunir, manter na mesma direção partidos tão diversos de um país tão imenso. V. Ex^{as}. dão prova de que isso é possível, pois é nas Senhoras e nos Senhores que se encarna o sentimento nacional de um povo consciente de sua unidade profunda, através da história vivida e também da sua cultura, da Língua Portuguesa, consciente, ainda, do peso crescente que representa no mundo. E disto venho trazer o meu testemunho. Indispensável no plano interno, o Congresso dos Senhores não o é menos na cena internacional, onde desempenha o papel de janela aberta para o mundo e de intermediário junto aos demais.

Minha presença hoje entre os Senhores é a ilustração do que digo. A este respeito citaria particularmente três aspectos desta abertura para a exterior. Primeiro, constato com satisfação que o Parlamento brasileiro já está unido ao Parlamento francês por laços muito profundos e não somente por causa da existência de um grupo de amizade, mas sobretudo porque vários Parlamentares brasileiros pertencem à Associação Internacional de Parlamentares de Língua Francesa. A esse respeito vejo que o Presidente José Sarney, a quem gostaria de saudar desta tribuna e de quem conheço a corajosa obra e o sucesso no momento desta transição, que ele assegura e que continuará, assim como o Presidente Ulysses Guimarães estão entre aqueles que desejavam integrar o seio deste vasto conjunto mundial sob o signo da Língua Francesa, o que muito me lisonjeia.

Sei também da competência e assiduidade com que os senhores acompanham os grandes problemas mundiais, dos quais pode depender o futuro da humanidade, e assim como os conflitos regionais, que afetam às vezes, zonas distantes do próprio Continente dos Senhores, mas próximas de nossas preocupações.

Os discursos que antecederam o meu, testemunharam que não nos podemos contentar em falar só dos nossos problemas. Devemos, também, tomar parte na resposta obrigatória dos problemas da humanidade.

A política externa da França é organizada tendo por base cinco direções principais: primeiro, assegurar nossa independência nacional, o que nos força, em face das forças poderosas que dominam o mundo, a dispor das armas para a nossa segurança. Nós não o desejamos e estamos prontos a renunciar, sobretudo no caso de armamento nuclear. Mas esse raciocínio deve ser sustentado por todos. E como se pode viver numa Europa, ao lado de uma ou outra superpotência, com carregamentos e armamentos nucleares, aliada e amiga dos Estados Unidos, com a mesma potência nuclear?

Queremos assegurar a nossa independência nacional. Agora, não podemos deixar esses meios de que dispomos, que têm apenas valor defensivo, mas que garantem a nossa independência. Às vezes, escuto protestos, aqui e ali, que se dirigem à França, esquecendo-se de fazer a

mesma pergunta aos dois países mais poderosos do mundo. Havendo dez mil cargas nucleares de um lado e do outro; para a França temos 150, para a Grã-Bretanha, 200; para a China, essa mesma ordem. Gostaria que o clamor em que vive a França fosse mais modesto, pois recusar-se a ir contra o mais poderoso, para impedir aqueles que defendem sua identidade nacional de possuir o instrumento, revela uma opinião preconcebida ou uma conclusão que não posso aceitar.

A independência nacional da França é o primeiro ponto. O segundo ponto, que é específico da França, é "fazer" a Europa. Pertencemos à Comunidade Europeia. Somos um dos seus fundadores. A Comunidade Europeia começou com seis países, passou a nove e hoje em dia tem dez países. No dia 1º de janeiro próximo, chegaremos a doze países, com a entrada de países aos quais os senhores se sentem próximos: Espanha e Portugal. Queremos, e quero, na medida das minhas potencialidades, que a Europa se baste. Ela representa 250 milhões de habitantes. E a primeira potência, o que lhe permite continuar a testemunhar, através da história, uma cultura, uma civilização e uma realidade política. Gastamos, entre países europeus, mais créditos para a pesquisa científica do que o Japão, por exemplo. No entanto, os resultados não são comparáveis, em detrimento nosso, porque não temos unidade política. Não se trata de negar as independências — e exalto a nossa — mas é necessário mais unidade política, uma Europa dos cidadãos, mais continuidade nos desígnios, melhores estruturas.

Eis o segundo objetivo da política externa da França: construir a Europa e falar numa só voz quando se tratar de alguns grandes problemas que dizem respeito ao interesse mundial.

O terceiro ponto, para o qual gostaria de chamar a atenção, é o equilíbrio das forças no mundo. Se esse equilíbrio desaparece, ou o mais forte não resistir à tentação de um poder absoluto, ou o mais fraco agirá rapidamente, com medo de se tornar ainda mais fraco.

A paz deve-se ao equilíbrio das forças no mundo, e não só no mundo, mas também num certo número de grandes conjuntos. Penso, de início, na própria Europa. Quando vejo multiplicar-se a implantação de forças nucleares ditas intermediárias — intermediárias, porque não atravessam o Atlântico, mas atingem cerca de quatro a quatro mil e quinhentos quilômetros, com uma precisão da ordem de trezentos metros e capacidade para destruir, em um quarto de hora, a totalidade dos dispositivos militares do norte da Noruega ao sul da Itália, reclamo o equilíbrio, e digo sim ou não, conforme o caso, sabendo que só podemos dizer sim quando sabemos dizer não. Tive de fazê-lo em relação às duas grandes potências com as quais temos relações de amizade ou aliança, num caso, e de cordialidade e amizade históricas, no outro.

Não somos inimigos de ninguém, mas quis deixar claro o que acabo de dizer.

O quarto objetivo é reduzir, para poder preenchê-lo um dia, o fosso existente entre os países altamente industrializados e os países em via de desenvolvimento. No problema, que simplificamos dizendo "o Norte e o Sul", reside um perigo mortal, tão grave quanto a propagação das armas atômicas; talvez mais grave ainda, porque as armas atômicas trazem em si próprias o seu contrapeso, o equilíbrio do terror, enquanto no desenvolvimento de um fosso entre os países ditos ricos e os considerados pobres — embora, no interior dessas categorias, se devam estabelecer várias distinções — há a certeza de que a revolta, a recusa de perecer de fome, de frio ou de calor, de ver-se completamente desprovido diante dos rigores da natureza ou diante da tirania dos homens conduzirá, sem dúvida, o próximo século a conhecer perturbações e rupturas com as quais a humanidade sofrerá durante os séculos e séculos vindouros.

Gostaria de religar as noções de desarmamento e de desenvolvimento — como já fiz da tribuna das Nações Unidas. Por que as grandes potências, das quais fazemos parte, no plano militar não poderiam diminuir, progressivamente, suas forças, as mais caras e mortíferas, em benefício do desenvolvimento? E uma idéia que foi tratada por outras pessoas, além de mim, mas, no fundo, ninguém a ela se ateve. A França está pronta a assinar qualquer proposição razoável nesse sentido.

Finalmente, o quinto ponto da nossa política externa é a defesa dos direitos humanos. É um princípio simples de se compreender: o direito dos povos de decidir por eles mesmos, o que inclui, naturalmente, o direito dos homens e do cidadão, a defesa da liberdade. Não direi mais sobre isto. Não darei aqui um curso de Direito Público, diante de homens e mulheres que conhecem a matéria tanto quanto eu.

Creio que seria útil precisar, num momento como este, os objetivos da França, que se aliam a alguns objetivos de política interna, sobre a qual não me estenderei mais, a não ser para dizer que quisemos, a partir de 1981, restabelecer ou conceder um certo número de justiça, as justiça sociais, em particular: acabar com certos privilégios; fazer com que não sejam sempre os mesmos que suportem, como desde o início da Era Industrial, desde o final do século XVIII e o início do século XIX, e que carreguem a carga constante dos sacrifícios. Não peço que os outros sejam sacrificados. Peço que exista o que se pode esperar normalmente, sem cair no igualitarismo, o que não teria sentido: a igualdade e a justiça social.

Vivemos uma época em que falar em desenvolvimento social, quando a crise econômica bate às nossas portas e até entrou na nossa casa, é, naturalmente, muito difícil. Nós nos esforçamos em restabelecer os grandes equilíbrios da nossa economia e o conseguimos. Em 1981 tivemos uma inflação de 14% ao ano. Chegamos a 5% este ano, e, no ano que vem espero que fiquemos entre 3 e 4%, talvez mais perto de 3%, equilibrando nossa situação com relação aos nossos principais parceiros, tais como nossos vizinhos e amigos alemães. Tínhamos 72 milhões de francos de déficit no comércio exterior. No ano passado reduzimos esse déficit a menos de 20 milhões e restabelecemos o balanço de pagamentos. O franco é uma moeda saudável. Temos mais reservas hoje do que há cinco anos, o que não quer dizer que foi fácil, pois, para lutar contra a inflação, fomos obrigados a limitar os efeitos do crescimento. Nosso crescimento, como, aliás, o de todos os países da Europa Ocidental, é bem fraco. Estamos de acordo em dizer que, se não é um movimento mundial, pelo menos é da maioria dos países ocidentais, do Japão e alguns outros países. Concordamos no que significará a retomada do crescimento, se conseguirmos curar um certo número de doenças sobre as quais voltarei a falar.

No plano interior, também modificamos a estrutura, descentralizamos o país, dando aos cidadãos, na sua região, na sua comunidade, poderes que jamais haviam possuído. O movimento francês é um movimento centralizador. Tivemos Colbert, na época de Luís XIV, tivemos Bonaparte, que se tornou Napoleão I, antes dele o jacobinismo, e constantemente a Nação francesa assegurou sua perenidade, concentrando-se numa capital e numa administração. Pois bem: pela primeira vez na história da França moderna, as medidas tomadas conseguiram, categoricamente, descentralizar o poder, ao mesmo tempo em que desenvolvemos outras reformas estruturais: nacionalizamos o crédito, nacionalizamos alguns grupos industriais, porém, não mais do que havíamos dito, não pretendemos chegar a uma coletivização da nossa economia. Absolutamente. Pensamos, simplesmente, que, quando se trata de fabricar produtos necessários à Nação, é normal que não se deixe isso puramente à iniciativa dos interesses privados. Ou então, quando não há mais concorrência — em vários domínios é importante — não temos razão para aceitar o monopólio, ou seja, o poder absoluto de interesse que não são sempre os interesses nacionais.

Em seguida, passamos a atacar um certo número de costumes, de usos. Entre eles, suprimir a pena de morte, os tribunais de exceção; revisamos o Código Penal. Dou esses poucos exemplos para mostrar que conseguimos avançar em certas direções, escolhendo certas prioridades, dando prioridade a certos setores, como a cultura, a pesquisa, a educação e o meio ambiente, mantendo, evidentemente, as porcentagens indispensáveis para assegurar a defesa da França. Compreendem então os Senhores que a volta da democracia no Brasil provocou entre nós um imenso interesse, não só porque este país constitui um exemplo para os outros países da América Latina, mas também porque representou, no início deste ano, 1985, uma espécie de boa nova, quando se pensa na

ação, conduzida, agora, sob a autoridade do Presidente Sarney, com a esperança erguida pelo Presidente Tancredo Neves, ação desenvolvida na paz civil e na concórdia nacional. Hoje os Senhores se dedicam, já assegurado o direito de voto dos analfabetos e com uma política social, a fazer justiça a uma grande parcela deste povo, que até agora não tinha acesso a isso.

Considerando-se a história recente, constata-se que os ataques à função parlamentar nunca foram destituídos de segundas intenções. Procura-se sempre a desestabilização da democracia, porque as forças hostis à liberdade não deixam de existir. Há uma dialética permanente, o que ocorre nas nossas vidas pessoais — a vida, a morte, o nascimento, a destruição — ocorre também nas sociedades. É uma dialética permanente, e nós tentamos encontrar a síntese, a tese e a antítese. Raramente conseguimos, o que significa que restam sempre vastos espaços de incertezas e é aí que reside o justo combate para a democracia.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, antes de deixá-los, gostaria que transmitissem ao povo brasileiro a mensagem deste que governa hoje o destino da França. Esta mensagem cabe em duas palavras: "tenham confiança", porque são um grande povo, dotado de riquezas imensas. Tenham confiança, porque o seu esforço para uma existência melhor, que se deve à tenacidade e à inteligência, terá sucesso. Os Senhores me colocaram o problema que havia abordado ontem à noite, da dívida do Brasil. Não recomencarei a falar sobre o mesmo tema, pois já expressei minha opinião, ainda mais que me encontro do lado dos países credores que não adotaram exatamente o mesmo raciocínio. Mas os Senhores não nasceram devedores e não serão sempre devedores. Não têm vocação para serem devedores. (Palmas.) Os Senhores têm um solo com muitas riquezas, que são exploradas atualmente; existe muita ambição e audácia aqui; existe uma cultura neste país. Os Senhores têm homens e mulheres, formados, capazes, assim como tentamos fazer na França, de modernizar um país. O problema da dívida externa é pesado, é difícil, insuportável, deve ser tratado como tal, mas não deve ter um grande peso na psicologia nem sobre o comportamento de um povo, que, aliás, encarou essa fase com muita coragem, a julgar pelos resultados do comércio exterior, obrigando-os a tomar disposições extremamente penosas, duras, às vezes contrárias à luta contra a inflação. É necessário fazer uma escolha, e, nesse campo, todas as escolhas são perigosas. Os Senhores conseguiram reconquistar o mercado. O benefício dos lucros é para aliviar a dívida externa. Os Senhores têm a sensação de pedir ao povo um esforço considerável, que pode até esgotá-lo, como, por exemplo, pedir que suportem a miséria para um benefício que lhes parece incerto. Os Senhores têm razão ao dizer ou entender que o perigo para a economia brasileira pode significar um perigo para a democracia.

Compreendo tudo isso, Senhoras e Senhores. Temos que defender os nossos interesses, evidentemente. Mas, como dizia ontem à noite, o nosso interesse não é o de que os Senhores sejam reduzidos a nada. Nosso interesse é no sentido de que possamos reencontrar um Brasil forte, mestre de suas energias e forças, mestre de suas produções. Tenho certeza de que, dentro de um prazo não tão longo como se supõe, através de investimentos judiciosos e do progresso do saber, o Brasil continuará ou voltará a ser, ou será cada vez mais um dos países mais importantes do mundo. Há, no comportamento da França, um lado um pouco interesseiro. Nós preferimos a amizade de um povo como o dos Senhores, que sabemos ser um povo poderoso, que dominará sua crise que, terminado o endividamento, continuará amigo daqueles que foram seus amigos.

Pertencemos, por assim dizer, ao clube dos "grandes", entre os povos industriais avançados. Nunca, desde Ottawa, em 1980, passando por Versalhes, Londres, etc., deixei de dizer aos meus parceiros, ou aos meus seis outros parceiros: é preciso mudar esse sistema monetário incoerente — não só incoerente, como até inexistente. Ele deve ser substituído por um começo de ordem. Desde que, em 1971, a decisão de um presidente americano quebrou o sistema de Bretton Woods, não podemos liderar o conjunto dos povos, sobretudo os países em desenvolvimento, com base em simples especulações sobre

suas matérias-primas, ou mesmo no que eu chamaria a especulação dos Estados, com taxas de juros elevadas. E taxas de juros elevadas significam que os países ditos ricos, como o meu, veem o seu capital partir para a especulação ultra-atlântica, em vez de investi-lo na sua indústria. Significa, para os povos do Terceiro Mundo, a ruína de seus planos de desenvolvimento. E isso tudo depende da decisão de um único país.

Observo, entretanto, que de alguns meses para cá uma pequena evolução começa a esboçar-se. E o que foi dito em Chicago e em Seul, mas absolutamente não o que foi dito em outras reuniões ou nos anos precedentes. Sem dúvida os Estados Unidos tomam consciência de que se tornaram vítimas de seu sistema, porque as suas indústrias não conseguem mais mercado no exterior e o mercado interno encontra-se invadido por mercadorias que vêm de fora. E de crer que os representantes daquele grande povo também estão percebendo que se trata de uma espécie de bumerangue, e que o excesso de poder enfraquece. Na França, é tarefa dos financistas e dos Ministros responsáveis abordar esse problema com precisão, de maneira concreta: como desengajar, como reescalonar, como distinguir os efeitos do capital e dos juros. O que posso dizer é que a França, em qualquer caso, será um dos países que procurarão respostas suficientemente flexíveis para que em nenhum momento se jogue, primeiro, sobre o esforço de um povo, e, em seguida, sobre a sua miséria. Mas não haveria miséria consentida. Haveria revolta. Quem tem interesse em levar a revolta aos povos que estão no mais alto nível da cultura universal?

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, eis o que gostaria de lhes dizer, pois grande parte do que disse não estava escrito no meu discurso. Fui inspirado pelos Senhores, o que prova que o diálogo pode ser útil. Em todo caso, certamente o é ao seio de um Parlamento. Tive a impressão, durante quarenta e cinco minutos, de fazer parte desta Casa, ilusão que se dissipou, no momento em que me chamam para continuar a minha visita a Brasília. Guardarei uma boa lembrança e estou honrado com a acolhida amistosa que me foi dada, com os elogios que foram feitos à França e a compreensão que os dois oradores mostraram em relação aos governos que representei. Creiam, apesar de todas as dificuldades, asseguro que continuaremos a fazer o que for necessário para a grandeza do meu País e para que os franceses, eles mesmos, lucrem com o que fizemos. Desejo ao Brasil, nos anos vindouros, todo o sucesso que ele merece. Ele encarou as dificuldades de frente. Os Senhores encontrarão alguns amigos que, espero, contribuirão para reduzir o grande rigor dos seus problemas. É importante que já exista uma disposição de espírito, e creiam. Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, a França compreende as dificuldades de hoje em dia, porque há confiança na sua realidade de amanhã.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, Srs. Embaixadores, Srs. Ministros de Estado, Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, Srs. Oficiais Gerais, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Governador do Distrito Federal, Sr. Arcebispo de Brasília, Sr. Presidente François Mitterrand, Sr. Danielle Mitterrand, é dispensável que eu volte a repetir tudo quanto, dede ontem, foi dito no discurso do Presidente José Sarney e no de V. Ex.^a, quanto à contribuição que a França tem dado ao Brasil sob todos os ângulos e aspectos: culturais, políticos, econômicos e através dos exemplos da vida do povo francês nos mais de dois mil anos de sua História.

Sr. Presidente, também não preciso recordar tudo quanto foi dito sobre V. Ex.^a quando, desde moço, iniciou seus estudos em Paris; quando V. Ex.^a, inteligência privilegiada, voltada para as atividades intelectuais e do espírito, preferiu tomar a senda das lutas políticas, quando V. Ex.^a, patriota devotado à dignidade do seu País, tantas vezes arriscou a sua vida nos embates da Resistência. Não preciso recordar as suas lutas dentro do seu partido e com os partidos democratas da França até ascender, através sobretudo da pertinácia, da sua vontade e da força da sua inteligência, ao poder, e hoje ocupar o alto cargo de Presidente da República da França. Seria tomar muito tempo, Sr. Presidente, recordarmos tudo isso.

O Presidente José Sarney, o Senador Marcondes Gadelha e o Deputado Prisco Viana marcaram muito bem, através de suas palavras, o quanto o Brasil se julga devedor à França e ao povo francês por tudo aquilo que dele tem recebido. E preciso dizer que realmente a França tem dado uma contribuição decisiva, não apenas a determinadas nações, mesmo a uma grande Nação, como o Brasil, que faz parte da comunidade latina. A França tem dado, através da sua História, uma contribuição maior a toda a humanidade, desde quando, nos anos 50 a.C., os gauleses vencidos por César se integraram através de tantas lutas, mas também, através, da compreensão das vantagens de uma nova civilização, no corpo da latindade. Quando os gauleses, também experimentando a invasão dos francos e borgúndios, uniram-se a todos esses povos e raças, formaram a França que hoje existe: uma comunidade de raças e de nações que, através de dois mil anos de História, formam a grande nação francesa.

Sr. Presidente, impressiono-me com alguns acontecimentos da História. Tomo por exemplo aquele em que se ressalta o serviço decisivo e inestimável que os gregos prestaram ao mundo ocidental, quando, barrando as hostes de Dário em Maratona, e mais tarde vencendo as hordas persas em Salamina, em Micalí não permitiram que desaparecesse o mundo então nascente na filosofia, nas artes, do modo de vida estabelecido. Os gregos salvaram a civilização ocidental e, como ressaltam os historiadores, o nosso mundo ocidental, cristão, latino, seria outro se aquele punhado de gregos em duas fases da sua História, em 512, em 480, mais ou menos, não tivessem vencido os medos e persas. O nosso mundo, hoje, não seria o mundo ocidental, mas estaria orientalizado. Mais ou menos mil anos depois, a França — e quase que só a França — deu ao mundo ocidental também a sua contribuição para salvar a nossa civilização, quando em Poitiers, Carlos Martel, vencendo as hordas islâmicas, impediu, muito possivelmente, que desaparecesse nossa civilização latina, cristã e ocidental. Uma histórica contribuição como essa não pode e não deve ser esquecida, porque foi dada pela bravura e pela capacidade do povo francês há tantos anos, resguardando para nós outros a vida que hoje vivemos, a democracia que temos, a liberdade de que gozamos.

Daí por diante, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, é dispensável recordar todas as grandes e definitivas contribuições que a França tem dado ao mundo e ao nosso País.

Desejamos apenas, Sr. Presidente, ressaltar que poucas vezes uma visita tem sido tão oportuna como esta de V. Ex.^a, nestes dias, a Brasília e o Brasil.

Estamos iniciando uma nova etapa da nossa vida política e social. Portanto, recordar tudo aquilo com que a França contribuiu para a nacionalidade brasileira, para a nossa formação política e social, recordar tudo isso na presença de V. Ex.^a é mais um estímulo para que nós, agora, possamos implantar definitivamente uma democracia nos moldes daquela que foi instituída pelos americanos em Filadélfia e pelos franceses em 1789. De tudo isso, guardamos boa memória e preservamos os exemplos, para dar-lhe o devido realce e significação e compreendermos o papel da visita do Presidente François Mitterrand, neste momento, ao Brasil.

Mas não fica aí nossa gratidão, porque, na verdade, no momento em que a nossa Pátria passa por grandes dificuldades, com certeza não temos encontrado uma voz mais amiga, mais autorizada entre as nações livres, do mundo que a palavra de S. Ex.^a o Presidente da República Francesa.

Sr. Presidente François Mitterrand, V. Ex.^a tem mostrado compreensão pelos problemas do Brasil. Mais do que isso, V. Ex.^a se tem batido para que a solução dos nossos problemas, que parecem, em determinados momentos, quase insolúveis, possa ser encontrada através de um tratamento político que, sem dúvida, não interessa só ao Brasil, mas a todo o mundo ocidental.

Somos gratos, Sr. Presidente, pela posição que V. Ex.^a toma neste momento e nestes dias sobre os problemas do mundo em desenvolvimento, ou subdesenvolvimento. Lembrou V. Ex.^a muito bem que, se não se dar solução conveniente a estas dificuldades do mundo em desenvolvimento, na verdade o que corre maior risco é a causa da

democracia mundial, porque ninguém pode hoje obscurecer e muito menos ignorar o papel que passará a exercer, dentro de poucos anos, no mundo ocidental, o conjunto das nações latino-americanas, e entre elas, o Brasil.

Acredito que não seja apenas por afinidade de ordem espiritual e moral entre nossos países, mas a alta compreensão de V. Ex^a sobre os destinos do mundo o faz manifestar solidariedade com a solução conveniente dos nossos problemas.

Assim, Sr. Presidente, olhando para o passado, para tudo aquilo que a França já representou para o Brasil e para o que ela representa no momento, podemos dizer que está sendo providencial essa visita de V. Ex^a à Nação brasileira.

Queremos também dizer que o Brasil, sempre, como no passado, há de se solidarizar com a França nos momentos difíceis por que possa passar a Humanidade.

Sr. Presidente, nas duas Grandes Guerras Mundiais em que a França foi envolvida não hesitamos em delas participar, solidárias com a França e com seu povo; inclusive por essa inclinação incoercível do povo brasileiro de imanar-se ao francês, pela admiração que nutre pela cultura francesa e em agradecimento à contribuição que a França sempre deu não apenas ao nosso País, mas também ao mundo.

Sr. Presidente, desejamos que V. Ex^a, continuando solidário com o Brasil, faça com que a França, nos dias vindouros, marche sempre ao nosso lado, porque sabemos que o Brasil e França, unidos, poderão não apenas

mutuamente valer-se para a solução dos seus problemas comuns, mas também dar uma contribuição crescente e maior à prosperidade e à paz do mundo moderno. (Palmas.)

Ao encerrar a Sessão, a Presidência agradece a presença às autoridades civis, militares e eclesiásticas, convidando-as para um coquetel no Salão Nobre do Senado Federal, onde S. Ex^a, o Sr. Presidente da França, receberá os cumprimentos.

Solicito à Comissão que introduziu o nobre visitante a este plenário que acompanhe S. Ex^a ao local, do coquetel.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 20 minutos.)

Ata da 318ª Sessão Conjunta, em 15 de outubro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

residência do Sr. Mário Maia

ÀS 19 HORAS E 5 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Alcides Paio — Galvão Modesto — Hêlio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — José Fragelli — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; José Melo — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leonidas Rachid — PDS; Mácio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Sebastião Curio — PFL.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PFL; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Alvaro Gaudêncio — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Geraldo Bulhões — PMDB; Manoel Affonso — PMDB.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Batalha Góis — PMDB; Carlos Magalhães — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Felix Mendonça — PTB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; França Teixeira — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PFL; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildário de Senna — PMDB; Wilson Faicão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stêlio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDS; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Celso Peçanha — PFL; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Emmanuel Cruz — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Gustavo de Faria — PMDB; José Frejat — PDT; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dário Tavares — PMDB; Deison Scarano — PDS; Dimas Perrin — PMDB; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PC do B; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; José Genoino — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Natal Gale — PFL; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Samir Achóa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Edison Garcia — PFL; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PFL; Norton Macedo — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giarina — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nel-

son Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Meiro — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rúbens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS.

Roraima

Aicides Lima — PFL; Júlio Martins — PMDB; Mozaildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — As listas de presença acusam o comparecimento de 40 Srs. Senadores e 271 Srs. Deputados.

Há número regimental.
Declaro aberta a sessão.
Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, das partes vetadas do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 1977 (nº 3.228/80, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o cheque e dá outras providências.

Partes Vetadas:

Art. 5º; e

Art. 43.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado seu relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão as partes vetadas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A matéria vetada exige **quorum** de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação.

Dada a inexistência desse **quorum** em plenário, deixa de ser procedida a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos; neste plenário, destinada à votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 25, de 1985-CN (7ª sessão), e 18, de 1985-CN (2ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 8 minutos.)

Ata da 319ª Sessão Conjunta, em 15 de outubro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Mário Maia

ÀS 19 HORAS E 10 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Alcides Paio — Galvão Modesto — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — José Fragelli — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Alcides Saídanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; José Melo — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leonidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Sebastião Curió — PFL.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Planú

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauró Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Alvaro Gaudêncio — PFL; Edme Távares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joa-

cil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Geraldo Bulhões — PMDB; Manoel Affonso — PMDB.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Batalha Góis — PMDB; Carlos Magalhães — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Felix Mendonça — PTB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; França Teixeira — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PFL; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo

Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDS; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Celso Pechanha — PFL; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Gustavo de Faria — PMDB; José Frejat — PDT; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Dimas Perrin — PMDB; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nilton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PC do B; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; José Genóino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Natal Gale — PFL; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Edison Garcia — PFL; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Italo Conti

— PFL; Norton Macedo — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Santinho Furlado — PMDB; Valmor Giavarena — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; João Pagarella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Meiro — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; Júlio Martins — PMDB; Moza-rildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — As listas de presença acusam o comparecimento de 40 Srs. Senadores e 271 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral, primeiro orador inscrito para o período de breves comunicações.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os banqueiros do Brasil realmente continuam fazendo tudo aquilo que querem, principalmente para aumentar os seus polpudos lucros. A classe assalariada não tem a mínima chance, em face da legislação vigente, de sequer combater, pelos meios legislativos ou pelo Executivo, abusos como esse enfiado em artigo de autoria do jornalista Heitor Tepedino, publicado no *Jornal de Brasília*, sob o título "Tática inescrupulosa contra a baixa renda", sobre mais um ato inescrupuloso dos grandes conglomerados financeiros:

"Os pobres brasileiros sempre levaram uma vida de cão, em termos de dificuldades genéricas de ordem econômico-financeira, sem que os ricos jamais se preocupassem honestamente com o problema, temo de confessar. No entanto, a falta de escrúpulos dos banqueiros com os pequenos assalariados começa a ultrapassar todos os limites, principalmente quando os grandes conglomerados financeiros, cujos lucros são de encabular o próprio Amadeu Aguiar, estabelecem que para fornecer talão de cheques a um cliente ele tem que apresentar um saldo mínimo mensal de Cr\$ 300 mil cruzeiros.

Ora, milhares de contínuos, funcionários de baixos salários em escritórios e do próprio serviço público estão impedidos de manter uma conta bancária, embora os banqueiros façam convênios com as empresas para que os pagamentos dos assalariados sejam em suas agências. Em um País em que o salário mínimo é de 333 mil cruzeiros, como é que um baixo assalariado, mesmo de 400 ou 500 mil mensais, pode apresentar um saldo médio de 300 mil cruzeiros? Um crime contra a pobreza, uma falta de respeito pelo cidadão de baixa renda, demonstrando mais uma vez que os banqueiros continuam mandando e desmandando no Banco Central.

Tal fato não é de admirar, quando o Presidente Sarney nomeia para Presidente do Banco Central um vice-presidente do maior conglomerado financeiro do Brasil, em que pese a seriedade profissional de Fernão Bracher. Contudo, não se trata de um

problema pessoal. Da mesma forma que um bicheiro não deve ser delegado de polícia, um banqueiro não pode ser presidente do Banco Central, cuja função é, justamente, fiscalizar e punir os banqueiros e, também, proteger os correntistas.

O absurdo desta regra, criada pelos banqueiros, não tem classificação. Justamente por que os grandes beneficiários da crise brasileira inventam uma fórmula para ganhar dinheiro no *open market*, precisamente sobre a classe mais sacrificada, esfomeada, incapaz de levar uma vida decente, principalmente no campo alimentar. Mas os banqueiros têm uma imaginação fértil e criaram a fórmula de que todos os contínuos de empresas, balconistas, etc., cujos salários não pagam nem o custo do transporte, uma camada miserável da população, têm de deixar 300 mil ao mês nos bancos, para que os banqueiros possam pagar o combustível dos seus iates, a ração dos seus cavalos de corrida, aplicando este dinheiro no *open*.

No entanto, pode-se argumentar cinicamente que ninguém é obrigado a manter conta em banco. Em contrapartida, por que os banqueiros fazem convênios com empresas para creditar salários em suas agências? Caso esses assalariados não interessem como clientes, também não devem interessar como fonte pagadora. Mas aí a conversa é outra, porque, por um dia do mês que eles não retirem os seus salários, o banqueiro está faturando no *open*.

Como o Presidente Sarney evidentemente não sabe disto, precisa saber e tomar uma providência. Qualquer cidadão honesto tem o direito de manter uma conta bancária, independentemente de quanto ganha, ou será que a lei não é igual para todos? Só beneficia os ricos? Se depender do Banco Central tudo continuará como está, porque no Brasil o BC parece que foi criado para pagar conta de banqueiros ladrões e garantir que o rombo será bem maior do que o imaginado pelo próprio gangster, porque depois do banqueiro emitir bilhões de cruzeiros em papéis frios, o BC vem e reforça o seu caixa com mais alguns bilhões de cruzeiros, numa colaboração incrível para quem está roubando um trilhão de cruzeiros. Agora, quem tem salário de 300 ou 400 mil cruzeiros não pode ter conta em banco, porque eles exigem saldo médio para fornecer talão de cheques.

Como tudo isto vem se agravando na Nova República, o Presidente José Sarney precisa reagir para que não seja a grande vítima dos empresários sem escrúpulos, porque, atualmente, todos os erros ou acertos, mesmo do setor privado, são vistos como frutos do novo governo."

Aproveito para dizer que esses atentados contra os assalariados não ocorrem só nos conglomerados financeiros. Precisam ver os corredores dos prédios que abrigam o Congresso Nacional. Refiro-me fundamentalmente à Câmara dos Deputados. Temos, por exemplo, alguns funcionários — e quem quiser confirmar o que digo vá aos corredores do Anexo IV — da empresa "Ipanema", em estado de subnutrição. No corredor do 5º andar — onde está o meu gabinete, o 550 — é freqüente atendermos mulheres que desmaiam porque estão sem comer, e não estão fazendo regime. Absolutamente. Temos perguntado qual o salário dos servidores da "Ipanema" e descobrimos que eles recebem salário mínimo, algumas vezes acrescido um pouquinho com o pagamento de horas extras. Quero saber simplesmente quanto a Câmara dos Deputados paga à "Ipanema" por cada homem que ela explora. O serviço de "gato", aquele "gato" do sertão, que arruma bóias-frias para os fazendeiros, não ocorre somente lá. Está instalado dentro dos prédios do Congresso Nacional.

O artigo de Heitor Tepedino mostra que, muitas vezes, os servidores são obrigados a ir a bancos particulares receber os seus minguados proventos. A partir de agora, no entanto, terão de apresentar saldo mínimo mensal de trezentos mil cruzeiros para poderem ter um livro de cheques. E escarnecer demais da miséria.

Tenho a impressão de que o Sr. José Sarney há de concluir que, para que não tenhamos uma convulsão social partida das massas, é preciso que esses tubarões — que

não são banqueiros, mas exploram também o assalariado — sejam de uma vez por todas apartados da vida da Nova República. Constituinte nenhuma resolverá isso. Não é preciso esperar a Constituinte para acabar a exploração do homem pelo homem.

Peço desde já que se solicite aos Presidentes das duas Casas informações sobre se os famosos gatos — entre aspas — que exploram o trabalho do assalariado, não estão operando aqui, no Congresso Nacional, da mesma forma que os banqueiros estão operando contra os interesses do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gerson Peres.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o jornal *Última Hora* do Rio de Janeiro, pelo seu editor político, Nadir Pereira, a quem tributo o meu respeito publica, sob o título "Entre o excesso e a escassez", tópico em que critica a nossa emenda que preconiza, por ocasião da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, a extinção de todos os partidos políticos, para que se estabeleça no País uma nova ordem partidária ao lado da nova ordem jurídica. Diz o ilustre jornalista:

"O consultor-geral da República, ex-senador Paulo Brossard, afirmou há dias que é excessivo o número de partidos, graças à liberalidade com que caímos no terreno oposto ao que até há pouco prevalecia. Sabemos que a intenção de alguns "dirigentes" dos novos partidos não passa do desejo de se por à frente de um cartório para, no momento certo, cancelar candidaturas bem fornidas de recursos e dispostas a pagar o aluguel da legenda. Mas não haveria de ser com iniciativas como a do Deputado Gerson Peres (PDS — PA) que deveríamos marchar para a contenção desses excessos. Propõe-se, mais uma vez, a extinção pura e simples dos partidos. Pela circunstância, talvez, de carregar nos ombros uma legenda que é mais pesada que a cruz de Cristo, aquele deputado sugere, com a sua reconhecida competência de patrocinar manobras regimentais, a extinção de todos os partidos por ocasião da instalação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte."

Ora, Sr. Presidente, a nossa proposta é compatível com a natureza da Assembleia Nacional Constituinte. O que objetiva fazer a Assembleia Nacional Constituinte? Deixar tudo como está? Deixar os partidos fazendo fisiologismo político, leiloando legendas, atrelando-se em acordos espúrios, sem programas e doutrinas definidas e sem normas de ação estabelecidas? Para que fazer Assembleia Nacional Constituinte, se ela não encerrar em seu bojo propostas de transformação política, jurídica, social e econômica? Ora, Sr. Presidente, não pretendemos, como assinala o ilustre jornalista, acabar pura e simplesmente com o PMDB, PT e PDT. Eles podem resurgir. Apenas temos de dar soberania, autonomia e independência à Assembleia Nacional Constituinte, para que ela estabeleça, pela vontade soberana do povo, uma nova ordem partidária, novas regras para que exista Nova República e nova Constituição.

Não podemos estabelecer uma Nova República e elaborar uma nova Constituição com partidos viciados, velhos, embora possa subsistir o PMDB, pelos novos grupos. Mas isto quem tem de decidir são os Constituintes, que devem começar sua tarefa desobrigados de compromissos de ordem partidária, porque só assim poderão resolver os grandes problemas da sociedade nacional. E só assim a Assembleia Nacional Constituinte poderá cumprir os seus reais objetivos.

Eram estes os esclarecimentos que queria prestar e, ao encerrar o meu pronunciamento, quero solidarizar-me com os homens da Amazônia, ao mesmo tempo em que os cumprimento. Como homem da Amazônia, tenho o prazer de solidarizar-me com eles — os seringueiros — que aqui estão ouvindo a nossa voz, eles que não a têm no Parlamento. Que a Nova República, pelos seus dirigentes, escute os seus reclamos, atenda às suas reivindicações, solucione os seus problemas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Srs. Congressistas, a Mesa, antes de prosseguir à chamada dos oradores inscritos, pretende fazer um pequeno registro. Na Presidência eventual dos trabalhos do Congresso Nacional, neste instante, está um amazônida que tem a grande satisfação de registrar a presença nas galerias desta Casa, dos seringueiros dos Estados do Acre, do Amazonas, Pará e Rondônia, que vieram a Brasília para um encontro histórico. Eles estão realizando o I Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia. Esses nossos irmãos da grande Região Norte estão aqui marcando sua presença no Poder Executivo e no Legislativo, e hoje prestigiam-nos com suas presenças para ouvir os seus representantes no Congresso Nacional.

Portanto, a Mesa congratula-se e sente-se muito honrada com as suas presenças na Casa do povo. E dizemos, em nome dos Deputados e em nome dos Senadores, que os senhores seringueiros sintam-se muito à vontade, porque esta é a sua Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: as graves consequências do longo período de estiagem dos últimos anos e das recentes cheias revelaram, mais uma vez, a necessidade de mudanças substantivas e urgentes na economia da região Nordeste.

Como nas catastróficas secas de 1877-79, há, portanto, mais de um século, os sucessivos governos prometem recursos, elaboram projetos, programam obras, mas a população continua despreparada para enfrentar as irregularidades climáticas.

O que na realidade acontece é que, ao longo dos anos, o Poder Central relegou a uma posição secundária, na lista de prioridade, o desenvolvimento do Nordeste.

Nas últimas décadas, a ação do Governo Federal no Nordeste deu prioridade à expansão e à modernização da economia sem, contudo, romper a cadeia da pobreza generalizada, do subemprego rural e urbano, enfim, da miséria absoluta.

Se de um lado é negável o processo de modernização por que passa a economia da Região, verifica-se de outra parte que seus reflexos, em termos de melhoria das condições de vida da população, foram praticamente inexistentes. E que o dinamismo do setor industrial não foi suficiente para superar o fosso que separa a Região Nordeste do resto do País, principalmente do Centro-Sul.

Um balanço dos últimos anos revela que a economia nordestina cresceu e se processaram transformações quantitativas no cenário regional. De 1960 a 1981, o PIB cresceu a uma taxa de 6,8% ao ano, inferior, portanto, em apenas 0,1% à média nacional. A despeito de tudo isso, o Nordeste brasileiro continua sendo a mais extensa e populosa região subdesenvolvida do mundo ocidental. Uma grande dívida social, portanto, está ainda por ser resgatada. Sem embargo dos altos índices de crescimento da economia regional, a esperança de vida ao nascer do nordestino continua baixa: 52 anos. Ou seja, inferior à média nacional, que é de 60 anos, segundo o IBGE.

Nesse contexto, as principais causas da mortalidade infantil continuam essencialmente vinculadas à situação de extrema pobreza: avitaminoses e deficiências nutricionais, enterites e enfermidades diarreicas — fatores que explicaram nada menos que 40% dos óbitos em 1980. Nos períodos de seca, a mortalidade infantil no Ceará alcançou o total de 250 crianças por mil nascidas vivas.

A oferta de leitos hospitalares por habitantes, no Nordeste, corresponde aproximadamente à metade da média nacional. Além disso, é ínfima a cobertura de redes de esgotos e abastecimento de água.

Quanto às elevadas taxas de crescimento anual das populações residentes nas periferias dos grandes centros urbanos, os números falam por si mesmos: no período 1970/80, a população da periferia da região metropolitana de Salvador cresceu em 10,53%; e a de Fortaleza alcançou percentual de 15%.

As ofertas de emprego no setor rural vêm decrescendo sensivelmente em face da rigidez da estrutura fundiária, ao passo que os níveis de remuneração da população urbana são baixíssimos: 87,6% da população econômica-

mente ativa situam-se na faixa de zero a três salários mínimos.

A renda per capita do nordestino continua ínfima: a média nacional situa-se em torno de 1.600 dólares, enquanto no Nordeste não passa de 600 dólares. Em 1960, a diferença de renda entre o Brasil e o Nordeste era de 360 dólares, atingindo, hoje, mais de 1.000 dólares.

São igualmente elevadas as taxas de subemprego visível, entendendo-se a expressão como a percentagem de pessoas que trabalham até 39 horas semanais na ocupação principal. Mais altas, porém, são as taxas de subemprego invisível, ou seja, a percentagem de pessoas sem rendimento ou que percebem até um salário mínimo na ocupação principal: no setor primário chega a 96,1%.

Reduzido é também o nível de educação formal da população economicamente ativa, o que revela o baixo grau de qualificação da força de trabalho regional.

Enfim, permanece a total vulnerabilidade das estruturas sócio-econômicas frente às irregularidades climáticas no Ceará, durante os últimos anos de seca, apenas 15% da produção agrícola foram colhidos.

Poderíamos continuar citando numerosos dados estatísticos e relatando situações de pobreza absoluta do Nordeste. Mas quanto a isso é farta a literatura. Mais importante é detectar as causas desse processo de empobrecimento e verificar que a ação governamental é, ainda, quantitativamente insuficiente e inadequadamente orientada.

Impõe-se por isso um projeto de mudança para o Nordeste, cuja implementação envolveria, a nosso ver, transformações no aparelho do Estado centralizador e concentrador de renda, o fortalecimento das organizações representativas de classe e uma ampla reforma tributária, capaz de fortalecer os Estados e os Municípios.

Somos de opinião que projeto de reforma para o Nordeste terá de levar em conta basicamente, e em primeiro lugar, a transformação das estruturas do meio rural. Isso, por sua vez, incluiria a implementação de um programa amplo de acesso à posse da terra pelos trabalhadores rurais sem terra ou com terra insuficiente, ao mesmo tempo que o estímulo ao desenvolvimento da unidade produtiva de porte familiar e à produção de alimentos básicos. O desestímulo à expansão do latifúndio, através da taxa progressiva ao lado da implantação de amplo programa de irrigação, com vistas à melhoria dos níveis de produção e produtividade e à aceleração do processo de modernização do meio rural, com o aproveitamento dos perímetros irrigados dos açudes públicos para assentamento de trabalhadores rurais, tais providências certamente resultariam na criação de novos empregos, no meio rural e na conseqüente contenção dos desastrosos fluxos migratórios. Mas isso haveria de ser acompanhado da criação de mecanismos de auto-sustentação do setor agrícola, através de modalidades permanentes, e não só emergenciais, de apoio financeiro e crédito ao setor rural.

Por outro lado, e em segundo lugar, o referido projeto de reforma para o Nordeste não poderá ignorar uma séria revisão da estratégia de desenvolvimento urbano-regional, tendo como pontos principais de sua efetivação, por exemplo, uma real integração da economia regional à nacional, com a redução da dependência de matérias-primas de outras regiões, através da maior integração e complementariedade setorial, estímulo especial às pequenas e médias empresas, apoio às indústrias tradicionalmente viáveis, desconcentração espacial da atividade industrial, reordenamento do espaço urbano, principalmente por meio da implementação de instrumentos jurídicos e institucionais de controle do uso do solo urbano, legalização da posse da terra e proteção ao meio ambiente, tudo isso incluindo a ampliação da oferta de equipamentos urbanos e de serviços sociais básicos.

Nossa expectativa é que todos estes aspectos sejam plenamente inseridos no Plano de Desenvolvimento do Nordeste, já em fase de discussão pela sociedade civil.

Estamos certos de que nos falta, tão-somente, vontade política para soerguer a economia do Nordeste, porque aquela Região encerra um potencial considerável de recursos que, adequadamente acionado, dará uma nova dimensão à economia regional e nacional.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, nobres Congressistas:

A devastação da floresta amazônica com o objetivo da implantação de atividades pecuárias não é certamente o melhor caminho para o desenvolvimento dessa vasta região. As queimadas, tão comuns como marco inicial da implantação de um novo projeto agropastoril, estão transformando em cinzas não só as matas, mas todo o solo amazônico.

A exploração racional da floresta amazônica e não sua erradicação é um imperativo do momento presente. Mas não é com a partilha dessa área em pequenas glebas de 30 hectares que o seringueiro terá condições de sobreviver e através do seu trabalho gerar riquezas para todo o Brasil. Antes de intervir na floresta amazônica, deve o Governo ouvir o nosso seringueiro que para isso está em Brasília, defendendo suas teses, que endossamos plenamente.

Mas, Sr. Presidente, um outro problema dos mais graves nos traz também a esta tribuna, Sr. Presidente, toda a região de Andradina, no oeste do Estado de São Paulo, está vivendo momentos de profunda angústia. É que milhares de pequenos produtores estão dispostos a resistir a todo custo à invasão de suas propriedades por Oficiais da Justiça que estão cumprindo determinação judicial de busca e apreensão de máquinas e implementos agrícolas cujos financiamentos não puderam honrar, pois suas colheitas, em 1985, viram-se frustradas pela fatalidade do tempo adverso.

Na verdade, Sr. Presidente, se não forem adotadas medida de extrema urgência, ninguém pode prever o que irá ocorrer em toda essa região.

Ainda esta manhã mantivemos contato telefônico com o Presidente da Associação dos Agricultores do Oeste Paulista, Ideval Bezerra, que nos transmitiu chocante apelo: "Deputado, nós não podemos perder nossas próprias terras".

Para melhor compreensão dos ilustres Parlamentares, precisamos fazer um retrospecto de todo o drama por que passam hoje milhares de famílias de lavradores do grande interior de São Paulo.

Dispostos a trabalhar e a extrair da terra a sua subsistência, convictos de que o Governo não os desampararia, centenas e centenas de pequenos agricultores de Andradina, Tupi Paulista, Dracena e outros Municípios sacaram dos bancos recursos para a aquisição de tratores e implementos agrícolas e para o custeio da safra de 1985. Lamentavelmente, embora tivessem derramado todo seu suor no preparo da terra e no plantio de suas sementes, o mau tempo arrasou com suas colheitas e a comercialização da pequena safra não lhes permitiu cobrir sequer parte dos financiamentos.

Assim, desde maio, quando fecharam as rodovias da região nas suas primeiras manifestações de desespero, vêm procurando sensibilizar o Ministério da Agricultura e o próprio Governo Federal, clamando não por uma anistia de suas dívidas, mas simplesmente por um refinanciamento das mesmas pelo Banco do Brasil.

Tempos atrás, cerca de 150 representantes desses produtores, liderados pela sua associação de classe, estiveram em Brasília, expondo pessoalmente ao Ministro da Agricultura, ao Ministro da Justiça e ao Ministro do Interior as terríveis dificuldades em que se encontravam. Orientados pelo Ministro da Justiça, regressaram a São Paulo e foram em busca de certidões que lhes forneceria a Secretaria de Agricultura e a Defesa Civil, que iriam considerar "área de emergência" toda a região atingida.

De posse desses laudos ou certidões, que lamentavelmente demoraram quase um mês para serem expedidas, dirigiram-se esses agricultores, na última sexta-feira, à residência do Presidente desta Casa, Ulysses Guimarães, e depositaram em suas mãos todos os documentos reclamados.

No sábado, contudo, a angústia e o desespero desses trabalhadores explodiram num grito de protesto e de revolta, e os oficiais de Justiça foram recebidos "a bala" em algumas propriedades.

A situação é alarmante. As providências devem ser adotadas com urgência pelo Governo Federal. É preciso

que chegue à região telegrama ou telex do Banco do Brasil autorizando o refinanciamento da dívida ou, então, o caos tomará conta de tudo.

Este discurso, Sr. Presidente, é um brado de alerta! Vamos socorrer imediatamente os milhares de pequenos agricultores da região de Andradina, em São Paulo, restabelecendo o necessário clima de paz e de justiça social. Afinal, o que eles desejam é apenas ter o direito de trabalhar para poder saldar seus compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Queremos aqui manifestar também a nossa saudação e a nossa solidariedade aos companheiros seringueiros da Amazônia. E, ao expressar a nossa solidariedade e o nosso apoio a esses produtores, queremos principalmente reafirmar aqui as suas bandeiras e as suas reivindicações. A reforma agrária, Sr. Presidente, deve atender aos interesses dos seringueiros, que querem melhores condições de trabalho e de saúde. Saudar a presença dos seringueiros no Congresso Nacional implica, necessariamente, apoiar as suas justas reivindicações, que, secularmente, não têm sido atendidas.

Achamos da maior importância a mobilização desses companheiros aqui em Brasília, porque é o caminho para conquistar as suas reivindicações. (Palmas nas galerias.)

Sr. Presidente, solicito também a V. Ex^a a transcrição nos Anais do Congresso Nacional de uma manifestação de protesto e de repúdio às perseguições da oligarquia baiana, verificadas no Município de Licínio de Almeida, contra trabalhadores rurais, inclusive militantes do Partido dos Trabalhadores. E a seguinte:

"Sr. Presidente, Srs. Congressistas,

Em Licínio de Almeida, na Bahia, a oligarquia agrária continua como nos velhos tempos da perseguição e a ameaça. O Prefeito do Município ordena prisões e ameaça processar companheiros do Partido dos Trabalhadores e do Sindicato Rural dos Trabalhadores desse município.

Cinco companheiros do sindicato ficaram presos durante 16 horas e, juntamente com mais 2 trabalhadores, foram intimados a depor na Delegacia. Essas pessoas correm o risco de serem processadas pelo simples motivo de defenderem as reivindicações dos trabalhadores. Entre esses companheiros encontra-se Solon Gama, militante do PT; foi candidato a vereador pelo PT em 1982, no Município de Diadema, em São Paulo. Atualmente, morando em Licínio de Almeida, continua organizando os trabalhadores.

Essas perseguições visam a dificultar a luta e a conscientização dos trabalhadores. Ao mesmo tempo demonstram que as oligarquias, que sempre mandaram no interior, continuam sustentadas pela Nova República.

Protestamos contra essas medidas arbitrárias e expressamos o nosso repúdio a esses atos ditatoriais e ilegais dessas autoridades.

Confiamos em que os companheiros enfrentarão essas dificuldades e saberão vencer esses abusos. Manifestamos o nosso apoio e solidariedade."

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Mendonça de Moraes.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Hoje é o dia consagrado ao professor. Quero manifestar minha homenagem a toda a classe dos professores do Brasil, de todos os níveis, desde os mais valorosos, que trabalham na zona rural, nos mais distantes e mais pobres Municípios deste País, até os mais graduados, com doutorado.

Mas gostaria, nesta homenagem, de fazer um enfoque muito importante sobre o professor no dia de hoje. O professor é mestre, este é quem ensina a verdade, a maneira de viver, é quem ensina desde o be-a-bá até as mais difíceis operações de cálculos matemáticos. Gostaria de

pedir aos professores deste País que realmente fossem os mestres da nova vida, os sacerdotes da educação dos brasileiros de amanhã, que realmente sejam amigos dos seus alunos e lhes transmita única e exclusivamente a verdade, que saibam preparar-se e ter a competência necessária para exercer bem a missão nobre de ensinar a viver, de ensinar aos nossos jovens o que é brasilidade, o que é nacionalismo, o que são os símbolos nacionais, onde está a moralidade do nosso povo, onde está a cultura do nosso povo.

Quero, Sr. Presidente, deixar registrado nos Anais desta Casa a minha admiração mais profunda a todos os professores e manifestar minha homenagem sincera à minha primeira professora, Célia Santos, mulher escura, mas que me ensinou os primeiros passos na vida. Sinto grande orgulho em tê-la como minha amiga e mestra até hoje.

Aqui fica, portanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta simples, modesta, porém, sincera homenagem à classe dos professores.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O jornal *A Tarde* completa hoje 73 anos. Não sou dado a registros de homenagens desta natureza, de maneira gratuita. Ocorre, no entanto, que esse jornal representa para o Nordeste um momento da sua história e um elemento da sua estrutura que merecem ser destacados.

Trata-se de jornal de tradição conservadora, mas que, apesar disso, nunca negou seus espaços às mais variadas correntes de opinião do meu Estado e da minha cidade, especialmente. Durante seus 73 anos de vida, esse jornal conseguiu manter o compromisso ético dos seus fundadores, não confundindo sua opinião — por vezes realmente conservadora — com a fidelidade aos fatos, como também houve total ausência de preconceitos em relação aos acontecimentos políticos e sociais de nossa terra.

Quero ainda registrar que o aniversário do jornal *A Tarde* é um momento da democracia no Nordeste, é um espaço democrático que resistiu ao desenvolvimento do capitalismo, que, em vários aspectos, aboliu a ética e os princípios para manter apenas os seus interesses. Isso não aconteceu com o jornal *A Tarde*. Mesmo sendo um jornal de tradição conservadora, mantém-se como um espaço ético e democrático em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aluízio Bezerra.

O SR. ALUIZIO BEZERRA (PMDB — AC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Está realizando-se em Brasília, de 11 a 17 de outubro, o I Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, que hoje estão nas galerias desta Casa, assistindo a esta sessão. Eles certamente precisarão do apoio de todos os Congressistas com relação ao documento resultante desse encontro, que será entregue às autoridades do Governo e busca a justiça social para os trabalhadores desamparados da Amazônia.

Sr. Presidente, uma página de nossa História, durante a 2ª Grande Guerra foi, sem dúvida, escrita pelos valorosos brasileiros que, atendendo a uma convocação do Governo, se embrenharam nas matas amazônicas, para, mesmo antes da participação formal do Brasil naquele conflito, ajudar a suprir os aliados de matéria-prima à época indispensável ao esforço de guerra, na chamada "Batalha da Borracha", eis que o fornecimento desse produto originário de Burna lhes havia sido cortado.

Cerca de sessenta mil homens partiram para a selva, recrutados através do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores da Amazônia. Porém, as condições de periculosidade e insalubridade naquela parte de nosso território eram tais, que se calcula que hajam morrido mais de quarenta mil.

Não obstante o trabalho arriscado, pioneiro e patriótico que os "soldados da borracha" realizaram, não foram eles beneficiados como os demais brasileiros que participaram da guerra, quer servindo nas praias nordestinas, quer viajando em navios mercantis patrulhados por belonaves, quer lutando nos campos da Itália.

A esses homens, cujo número de baixas e incapacitações foi muito superior ao dos pracinhas, nada, ou quase nada foi concedido. Não têm eles preferência na obtenção de casa própria pelo BNH; não gozam do benefício da aposentadoria aos vinte e cinco anos de trabalho; não puderam ingressar no serviço público sem concurso, nem são beneficiados por qualquer lei que se refira aos ex-pracinhas.

No entanto, sua contribuição — voltamos a frisar — foi vital para a vitória aliada, e seu trabalho ainda hoje se reveste de grande importância para a economia do País, porquanto ajudou a integrar parte da Amazônia ao Território Nacional.

As medidas preconizadas pelo Governo para amparar os remanescentes dos soldados da borracha — hoje reduzidos a cerca de cinco mil — se perderam no tempo e não tiveram qualquer resultado prático e eles, até hoje, permanecem no completo esquecimento, à míngua de qualquer amparo previdenciário. Essa a recompensa que lhes foi legada pelo Estado pelos relevantes serviços prestados à Pátria.

E a prova do que afirmamos está na edição, primeiro, do Decreto-lei nº 9.882, de 16-9-46, e, posteriormente, na Portaria demagógica do MTPS nº 3.138, de 17-4-74, dos quais nada resultou em favor do soldado da borracha.

Assim, o Governo, através de vários dispositivos legais, reconheceu a necessidade e o dever de amparar aqueles trabalhadores. Contudo, tais textos inócuos, letra morta, jamais foram cumpridos.

Os obreiros que continuam a labutar nos seringais amazônicos, considerados trabalhadores rurais, fazem jus, em tese, apenas aos ridículos benefícios da previdência rural, mas não por sua condição de ex-soldado da borracha. E os que, até por motivo de saúde, se afastaram da atividade extrativa, sequer recebem esses míseros benefícios.

Hoje, estão aqui os seringueiros da Amazônia, representando os principais Estados do Brasil, que continuam na luta, nesse trabalho duro e desumano, por não merecer a mínima assistência dos órgãos do Estado.

Portanto, o trabalho que apresento, hoje, na Universidade de Brasília, no Auditório da Faculdade de Tecnologia, sintetizando a luta dos seringueiros, que labutam, ao lado dos trabalhadores rurais, na busca de uma solução concreta para o seu problema, há de merecer o apoio dos Srs. Congressistas e, sobretudo, do Governo da Nova República. Assim, o Governo provará que está realmente, na prática, e não somente nas palavras, ao seu lado, firmemente unido à luta dos trabalhadores rurais e, no caso concreto, à dos seringueiros da Amazônia. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Evandro Ayres de Moura.

O SR. EVANDRO AYRES DE MOURA (PFL — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Faço um apelo ao Presidente Camillo Calazans para corrigir uma injustiça que atinge os funcionários do Banco do Brasil S.A., devido à Resolução nº 387/84, que criou funcionários de primeira e segunda classes. Quem entrou a partir da data em que foi editada a referida Resolução não tem direito algum: só receberá o décimo terceiro salário. Isto representa um desestímulo à juventude que faz concurso para ingressar no Banco do Brasil.

Há meses fiz, nesta tribuna, apelo à Previdência do Banco do Brasil S/A., para que fosse corrigido o grave prejuízo imposto ao funcionalismo da Casa, cortando-lhe benefícios, alguns de mais de 50 anos, e criando uma distinção dentro do próprio Banco, com sérios transtornos para a produtividade e relacionamento entre dirigentes e subordinados. Só não tiraram dos funcionários novos o 13º mês.

Cortaram o abono-assiduidade, a licença-prêmio e outros benefícios sociais que, no passado, criaram, entre o Banco e o seu funcionalismo, um laço de união e de afeição, levando seus servidores a serem seus intimos defensores e a dar-lhe uma dedicação ímpar, responsável por sua grandeza e pela conduta ilibada de seus funcionários.

Meu apelo ao Presidente Camillo Calazans, que já tem marcado tantos pontos junto aos seus colegas, para que

revogue a Resolução 387, de 27-11-84, diligenciando junto ao CISE, a efetivação dessa providência.

Esse pleito reflete o pensamento dos 120 mil servidores do Banco, que perderam, na última década, o status que possuíam na sociedade e hoje estão defasados em seus salários e revoltados com a supressão de muitos benefícios conquistados em anos de luta e de sacrifícios.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Samir Achôa.

O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em primeiro lugar, quero cumprimentar os seringueiros que nos visitam e a eles hipotecar solidariedade.

Sr. Presidente, todos os dias, a exemplo do que ocorria na Velha República, ao abrirmos os jornais, tomamos conhecimento de novos aumentos de preços. O que nos impressiona, Sr. Presidente, é o cara-durismo de determinados setores, ditos produtivos deste País, que pleiteiam, sem essa mais aquela, aumentos abusivos que atingem diretamente o bolso e a saúde do povo. A ABIFARMA, entidade que representa os fabricantes de medicamentos no Brasil, mas principalmente as grandes multinacionais dos remédios, tem o desplante, por intermédio de um de seus membros, de defender, em entrevista, reajustes mensais para os medicamentos.

Aí, porém, do trabalhador que falar em trimestralidade para a ABIFARMA! E um cara-durismo que nos choca profundamente. São empresários que acreditam que esta República, velha ou nova, teria a coragem de agredir ainda mais o bolso do trabalhador.

Foi concedido um novo aumento dos medicamentos, acima de 30%. Ora, Sr. Presidente, os estoques de bilhões e bilhões de cruzeiros, que se encontram nos laboratórios e nas farmácias, são reajustados automaticamente. Entendo que se o preço de um produto deve ser reajustado, ele deve prevalecer a partir da data em que for autorizado pelos organismos competentes do Governo, o CIP e a SEAP. Agora, reajustar-se o preço de todo o estoque é uma injustiça ainda maior contra o já sofrido povo brasileiro que não tem condição, Sr. Presidente, de comprar os medicamentos para preservar a sua saúde e a de seus filhos.

Pior ainda, Sr. Presidente, é que, numa aferição de qualidade feita em medicamentos vendidos no País, de 100 produtos examinados, apenas 14 apresentavam as qualidades terapêuticas anunciadas e os ingredientes indicados na bula e nos documentos arquivados nos organismos apropriados do Governo da República. De 100, apenas 14 apresentavam as qualidades apregoadas, num verdadeiro estelionato, passível inclusive de cadeia. Criou-se a CEME, grande picaretagem da Velha República e que continua existindo na Nova República. A CEME, segundo constava, foi criada a fim de dar ao povo o lenitivo para seu sofrimento, para dar ao povo medicamentos a preços populares. Mas, o que verificamos? Um cabide de empregos, de picaretagens que levaram a nada.

Há necessidade de o Governo da Nova República verificar que a alimentação e os remédios são absolutamente prioritários para que o povo brasileiro possa pelo menos sobreviver. Protesto contra a forma concebida pelo CIP e pela SEAP no reajuste dos preços dos medicamentos, porque se o custo do medicamento deve ser reajustado, ele deve ser aquele pelo qual é comprado no momento pelo comerciante. Mas os órgãos de fiscalização do Governo têm a obrigação de manter os preços antigos na mercadoria em estoque.

Uma simples farmácia, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que detenha um estoque de um bilhão de cruzeiros — que não é muito — num simples aumento fatura trezentos milhões a mais indevidamente, e à custa do sacrifício do povo.

Vou voltar ao assunto oportunamente, Sr. Presidente, porque realmente se trata de caso de polícia, de cadeia e necessidade de um ato mais concreto do Governo para impedir que as multinacionais continue faturando indevidamente à custa do sofrimento e da saúde do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Djalma Bom.

O SR. DJALMA BOM (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nós, em nome do Partido dos Trabalhadores, também queremos trazer a nossa saudação a esses heróis anônimos da Amazônia, do Acre, de Rondônia e do Pará, que aqui estão presentes, e dizer da nossa felicidade por tê-los conosco. Esses companheiros estão reunidos no Auditório da Faculdade de Teologia de Brasília, discutindo os temas "Direitos Históricos dos Soldados da Borracha", "Os Seringueiros e o Desenvolvimento da Amazônia" e "Cultura, Educação e Saúde nos seringais". Companheiros, que a mão divina desça sobre suas cabeças, para que no final deste Congresso, pelo menos tenham, em parte, encontrado a solução para os seus problemas. O Brasil depende muito do seu trabalho. Os seringais são uma riqueza do nosso País. No entanto, lamentavelmente, como outras riquezas, foram entregues ao capital multinacional. Tenham vocês, seringueiros, heróis anônimos, a saudação do Partido dos Trabalhadores.

Além de registrar a presença desses companheiros, desejo boas-vindas ao nosso companheiro Chico Mendes, candidato do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura de Xapuri. Boas-vindas a você, Chico, e tudo de bom! Vivam os seringueiros! (Palmas.)

Sr. Presidente, o jornal *O Globo*, de hoje, noticia a reintegração do Ministro da Previdência Social, Waldir Pires, ao Serviço Público, através de decreto presidencial, com o ressarcimento dos prejuízos tidos durante esses 21 anos. Esta notícia, neste momento, traz-nos uma satisfação muito grande, quando os militares que também foram punidos pelo regime militar, muitos deles aqui presentes no Congresso Nacional, buscam apoio para a aprovação da Emenda do nobre Deputado Jorge Ueque, concedendo-lhes anistia ampla, geral e irrestrita.

Registrando a notícia da reintegração do Ministro Waldir Pires, gostaríamos também de dizer que os militares podem ficar sossegados, pois, acreditamos, o Sr. Presidente da República será coerente com as medidas que tomou. Sua Excelência não pode tomar uma medida favorecendo o Ministro da Previdência Social e, ao mesmo tempo, tomar outra que possa desfavorecer os interesses dos militares que estão pedindo a anistia.

Queremos solicitar ao Sr. Presidente da República que, ao mandar este decreto pedindo anistia ao Ministro da Previdência Social, seja também coerente concedendo anistia ampla, geral e irrestrita aos militares punidos. Eles estão pedindo a sua reintegração e o ressarcimento dos prejuízos tanto políticos como econômicos. E nós, do PT, pedimos coerência ao Presidente da República e reafirmamos aos militares punidos que estamos ao seu lado e iremos lutar para que a Emenda Jorge Ueque seja aprovada na íntegra. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Liderança do PMDB saudá nesta noite os seringueiros brasileiros, irmãos do Norte do Brasil, que aqui se encontram, na Capital Federal, para participar de um encontro em defesa da classe. Homenagem maior, Sr. Presidente, não poderia ser prestada a esses laboriosos homens, principalmente agora, quando preside esta sessão um Senador no Norte do Brasil, identificado com os problemas do seringueiro brasileiro e que através da sua sensibilidade poética descreveu a dor desse trabalhador brasileiro ao ver as frias motosserras destruindo as matas do Norte do Brasil.

Fica aqui, portanto, a homenagem do PMDB ao seringueiro do Norte do Brasil e os votos de que obtenham pleno êxito e sucesso no encontro que ora se realiza em Brasília.

Sr. Presidente, o PMDB registra também nesta noite, após o pronunciamento do Deputado Djalma Bom, que a sua Liderança está interessada e preocupada em solucionar, de uma vez por todas, a questão que envolve os militares punidos pelos atos institucionais. E fiquem certos os integrantes dessa classe, prejudicada como muitas outras, de que o PMDB não os deixará sós. O nosso partido, que lhes foi solidário durante 21 anos, permanecerá, como no passado, fiel a essa luta que ora se trava.

Eram estas as comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendes Botelho.

O SR. MENDES BOTELHO (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: o trabalhador brasileiro, a cada dia, vai formando o consenso de que o problema da inflação é uma questão de método, de eficiência e competência e sobretudo de desejo real de vê-la extirpada do cenário nacional. Veja, Sr. Presidente, que a cada novo recrudescimento inflacionário aparece um bode expiatório, para explicação do problema. E vai a inflação, de espiral em espiral, infernizando a vida nacional e desestabilizando a economia e a política do Governo. Eu não tenho dúvida, Srs. Congressistas, de que a inflação é o inimigo número um do trabalhador brasileiro, na atualidade.

E isto é muito fácil de ser observado. Basta que analisemos a quem ela interessa. Os banqueiros ganham com ela. Se a espiral inflacionária mostra uma acentuada tendência para ascensão das taxas mensais, os banqueiros sobem taxas de juros e ganham em cima da desgraça da sociedade. Os industriais encontram razões para subir seus preços e os comerciantes da mesma forma ganham mais, aumentando a sua margem de lucro, com a previsão de que também terão de pagar mais pelos produtos que adquirirem.

E o trabalhador? Este o que sofre com a ascensão dos preços. Quando não se diz, como tem acontecido algumas vezes, que ele é o culpado pelo fenômeno.

E por que até hoje a inflação esteve alta neste País? A razão é muito simples: o Governo não teve força suficiente para tomar as medidas que se fazem urgentes e necessárias para solução deste problema. Ou o que é pior: não teve interesse.

Veja o caso deste Governo. A Aliança Democrática nasceu do interesse de todo o povo por mudanças. Mas foi feita por uma cúpula dominante que muito prometeu, mas que fugiu dos compromissos assumidos com o povo.

E a razão é muito simples: atender aos interesses das camadas populares, vale dizer do trabalhador brasileiro, significa comprometer os privilégios de uma classe dominante.

O caso da inflação tornou-se um mal crônico. Simplesmente quem ganha com ela — a classe do grande capital, do investidor, do patrão multinacional — não quer que acabe. E veja como a coisa funciona bem para a classe dominante: enquanto houver inflação, haverá salários contidos, achatamento salarial, proibição de greves e a cantilena que já vem de muito longe: a tal greve legítima e justa, porém ilegal, porque proibida pelo Governo e pela legislação autoritária. Justiça seja feita também ao pequeno e médio empresários nacionais: estes também sofrem com a inflação, porque vivem na dependência dos banqueiros; porque, apesar de sua importância reconhecida em lei — o Estatuto da Microempresa — sua situação é de penúria, por falta de amparo financeiro.

Mas, Sr. Presidente, esta situação tem que acabar. Porque a cada dia o trabalhador vai ficando mais consciente de que está sendo enganado nesta história. Porque daqui a pouco vamos ouvir uma célebre e enfática frase, como a que recentemente foi pronunciada no Senado Federal a propósito do problema da seca no Nordeste: "Senhores, a inflação é um mal necessário. Vamos todos procurar conviver com ela".

Tudo isto, Sr. Presidente, leva à seguinte pergunta: por que o Governo da República, que tem tanta força para botar as forças militares nas ruas, para espantar trabalhadores em greve, não tem força suficiente para fiscalizar o aumento dos preços? Por que o mesmo Governo, que ameaça com a força de instrumentos de autoritarismo, usados pela ditadura e ainda não extintos, não usa da mesma força para acabar com a especulação, com a agiotagem e com o descaramento em que virou esta questão dos preços?

Acreditamos que o Governo deve mostrar desejo real de combater a inflação, mesmo que isto contrarie o dese-

jo da minoria dominante. Isto deve ser feito em nome dos compromissos assumidos com a classe trabalhadora. O Governo deve ter certeza disto: a classe trabalhadora dá integral apoio ao programa de combate à inflação. Mas espera que os técnicos oficiais realmente se empenhem neste trabalho. Porque são os trabalhadores a parte mais fraca de todos os segmentos produtivos da sociedade. E a corda costuma arrebentar do lado mais fraco.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está encerrado o período de breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste plenário, destinada à votação, em primeiro turno, da Proposta de emenda à Constituição nº 85, de 1984, que modifica o art. 3º e seu parágrafo único e acrescenta outras alterações na Constituição Federal.

O Sr. Heráclito Fortes (PMDB — PI) — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. presidente, é notória a falta de número regimental. Tendo em vista o que acabo de expor e o cansaço dos que aqui estão presentes, peço a V. Exª que suspenda a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — E regimental o pedido de V. Exª e é evidente a falta de quorum em plenário. Portanto, esta Presidência defere o requerimento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3 000
Ano	Cr\$	6 000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000
Ano	Cr\$	6.000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº- 920001-2, a favor do*

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF
CEP 70.160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00